

Defensoria Pública promove Mutirão “Direito a Ter Pai” em 39 comarcas de Minas Gerais



..... PÁGINAS 3 e 26

DPG prestigia outorga das medalhas do Mérito Jurídico Presidente Pedro Aleixo e Santos Dumont



..... PÁGINAS 9 e 11

Defensoria Pública em Betim realiza Casamento Comunitário em parceria com a Prefeitura



..... PÁGINA 22

Comissão de Constituição e Justiça da ALMG dá parecer favorável ao PL 4616/2017

..... PÁGINA 12

Outubro Rosa na DPMG traz palestras sobre prevenção ao câncer de mama

..... PÁGINA 21

MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL



Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,

No dia 27 de outubro, a Defensoria Pública de Minas Gerais, em parceria com o Tribunal de Justiça, promoveu uma verdadeira Festa da Cidadania em 39 comarcas do nosso Estado. Iniciado em 2011 por defensores públicos de Uberlândia, o Mutirão “Direito a Ter Pai”, mais do que oferecer gratuitamente exames de DNA e reconhecimento extrajudicial de paternidade, tem transformado a vida de milhares de cidadãos mineiros e tem se consolidado como importante mecanismo de inclusão social. Enriquecendo a iniciativa, em São Lourenço, a Defensoria Pública realizou a premiação do Concurso de Desenhos e Redações nas Escolas Municipais, que teve como tema o Mutirão “Direito a Ter Pai”.

Parablenho todos os defensores, servidores, estagiários e colaboradores que se empenharam para sua promoção e agradeço aos parceiros que tornaram possível a realização do evento.

Também de expressivo alcance social, foi o Casamento Coletivo que a DPMG realizou em Betim, em parceria com a Prefeitura. O emocionante evento contou com 45 parceiros e celebrou a união de 58 casais.

Outro registro significativo desta edição do Boletim foi a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), de parecer pela legalidade do Projeto de Lei (PL) 4.616/17, de autoria da Defensoria Pública. A matéria trata da revisão anual dos subsídios, vencimentos e proventos dos membros e servidores da nossa Instituição e promoverá a recomposição parcial da inflação, entre julho de 2015 e julho de 2016. O projeto seguirá para análise da Comissão de Administração Pública em 1º turno.

Ainda no âmbito institucional, ressalto o acolhimento do pedido de alteração do perfil da Defensoria Pública no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU). Com a readequação, os defensores públicos não serão mais cadastrados individualmente nas guias de execução. A Defensoria é que será cadastrada e a atuação passará a ser de forma institucional. Destaco, também, o recebimento do “Protocolo de Caxambu” elaborado por defensores públicos do VII Concurso. O documento apresenta contribuições com vistas ao

desenvolvimento da DPMG. Como sempre afirmei, estamos abertos ao diálogo e compartilhamento de ideias que proporcionem o fortalecimento e aprimoramento institucional.

Outro destaque foi o êxito obtido pela Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais em Procedimento Administrativo Investigativo junto à Copasa. Ressalto, também, a participação de defensor público como jurado em concurso de oratória, em três Pontas, e em palestra sobre execução penal, em Betim.

Na esfera das relações interinstitucionais, participei da entrega das medalhas Santos Dumont e do Mérito Jurídico Presidente Pedro Aleixo. Também estão registradas participações em audiência pública com agentes de saúde na ALMG; em encontro estadual de adoção; no Encontro dos Juizes de Direito dos Juizados Especiais; nas comemorações dos 65 anos da Associação Mineira de Municípios; em seminário sobre judicialização da saúde, que contou com palestra de coordenador de Especializada; no Fórum Permanente sobre Álcool e outras Drogas realizado em Caratinga; no Dia da Cidadania em Santa Cruz do Escalvado; e na implantação do SEEU na comarca de Alfenas.

No campo da capacitação, a Escola Superior da Defensoria Pública promoveu o seminário “Revitalização da mulher na mídia”, que discutiu as representações da mulher ao longo da história do ocidente moderno e a responsabilidade social dos meios de comunicação na abordagem das questões da violência de gênero. A Coordenação Regional de Famílias e Sucessões da Capital, juntamente com a Esdep, promoveram a segunda edição do “Gestação Legal”. E, a Esdep e a Coordenação de Atendimento iniciaram tratativas com a Faculdade Batista Mineira para capacitação de servidores da DPMG nas áreas de atendimento humanizado e prestação de serviços de excelência.

Acompanhe as reuniões realizadas: com defensores públicos de Juiz de Fora, com o advogado-geral do Estado e com deputados. Registro, ainda, reunião realizada em Brasília com outras Defensorias Estaduais que têm representação junto aos tribunais superiores, para debater formas de atuação estratégicas e unificadas, especialmente, aquelas com relevância institucional. Igualmente importante foi nossa participação em reunião do Gabinete de Crise do Sistema Prisional realizada no dia 24 de outubro, na presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Confira, também, as visitas ao Gabinete, as inserções da DPMG na mídia e as ações alusivas à Campanha Outubro Rosa, voltadas para a conscientização sobre a prevenção ao câncer de mama. Lembro que neste mês acontece o Novembro Azul, para alertar os homens sobre a importância da prevenção ao câncer de próstata.

Finalizo, convidando a todos para as inaugurações das novas instalações da Defensoria Pública em Boa Esperança, Três Pontas, Varginha, Pouso Alegre e Camanducaia, que acontecerão no período de 9 a 11 de novembro.

Um abraço a todos e boa leitura!

Christiane Neves Procópio Malard
Defensora pública-geral



Defensoria Pública promove Mutirão “Direito a Ter Pai” em 39 comarcas de Minas Gerais

Iniciativa é realizada em parceria com o Tribunal de Justiça que, por meio do Centro de Reconhecimento de Paternidade de Belo Horizonte, fornece gratuitamente os exames de DNA. Unidades da DPMG nas comarcas possibilitam o alcance do serviço no interior



Cerca de 1000 pessoas passaram pela sede I da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na Capital, para participar da 5ª edição estadual do “Direito a Ter Pai”, mutirão de reconhecimento de paternidade promovido pela Instituição, em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

A iniciativa, que foi realizada simultaneamente em mais 38 comarcas do Estado, tem o objetivo de garantir à criança, ao adolescente e, eventualmente, ao adulto, o direito a ter o nome do pai em seu registro de nascimento. Além do reconhecimento da paternidade, o mutirão também possibilita o reconhecimento da maternidade, naqueles casos em que a pessoa não tem o nome da mãe em seu registro de nascimento.

O nome do pai na certidão de nascimento é um direito fundamental da criança garantido na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Além do valor afetivo, o registro paterno assegura direitos, como recebimento de pensão alimentícia e de herança.

Abertura

Ao abrir oficialmente os trabalhos na Capital, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, ressaltou a importância da “ação de vocação extremamente cidadã”. “Conhecer e ser reconhecido pelo pai biológico é uma expectativa que



Defensora-geral, Christiane Malard

acrescenta muito à pessoa, na verdade, uma mudança na vida. Faz parte da construção da identidade de todos”, afirmou.

continua >>



Continuação

Defensoria Pública promove Mutirão “Direito a Ter Pai” em 39 comarcas de Minas Gerais



A defensora-geral destacou as consequências do mutirão, que “tem o poder de desenvolver um relacionamento, de criar uma identidade e de transformar uma realidade. Ao estruturar famílias, trabalhamos com responsabilidade social e ajudamos na pacificação social”.

Christiane Malard agradeceu e exaltou a participação do Tribunal de Justiça na ação. “A sólida e importante parceria com o Tribunal viabiliza o sonho de tantas famílias, fornecendo os exames de DNA em todo o Estado. Com criatividade, parcerias estratégicas e muito, muito trabalho, temos conseguido levar essa alegria a tantos filhos e famílias”.

A DPG agradeceu, ainda, aos demais parceiros e a todos os envolvidos no mutirão: defensores públicos, assessores da Defensoria-Geral, coordenadores, servidores, colaboradores e voluntários.

Impossibilitado de comparecer à solenidade de abertura, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, foi representado pela juíza do Centro de Reconhecimento de Paternidade (CRP), Maria Luiza de Andrade Rangel, que transmitiu aos presentes a mensagem do presidente.

Herbert Carneiro ressaltou “o vasto alcance, o grande valor e o sensível benefício social do mutirão que, em um só tempo, incentiva o reconhecimento de paternidade, divulga a possibilidade de ser feito fora do âmbito judicial e, de forma descomplicada, fomenta o fortalecimento de laços familiares entre pais e filhos e promove a dignidade da pessoa humana e o bem-estar social”.

O presidente do TJMG destacou o “papel e o trabalho da Defensoria Pública, que são imprescindíveis para que a realização da justiça não se limite apenas a algumas parcelas da sociedade, mas, ao contrário, alcance todas as pessoas, inclusive e especialmente, as mais carentes”.

Herbert Carneiro frisou, ainda, a atuação do Centro de Reconhecimento de Paternidade de Belo Horizonte e da juíza Maria Luiza de Andrade Rangel, “pelo dedicado e eficiente trabalho que tem realizado”.



Juíza do (CRP), Maria Luiza de Andrade Rangel



Gerente executiva de relacionamento institucional do Instituto Hermes Pardini, Mônica Silva Monteiro de Castro

Presente no evento, Mônica Silva Monteiro de Castro, gerente executiva de relacionamento institucional do Instituto Hermes Pardini, laboratório responsável pelos exames de DNA, agradeceu a parceria e a confiança e falou sobre a relevância do Mutirão “Direito a Ter Pai”. “Lembrando o lema da Defensoria Pública – “Igualdade e Cidadania”, gostaria de ressaltar a importância social da iniciativa, que visa dar oportunidade à população de ter uma parte significativa de sua identidade cidadã reconhecida e registrada”.

Representando a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Tífanie Avellar Carvalho, a diretora da Escola Superior da DPMG (Esdep), Hellen Caires Teixeira Brandão, agradeceu ao TJMG, pela renovação e ampliação da cooperação, e aos demais parceiros do mutirão.

continua >>

Continuação

Defensoria Pública promove Mutirão “Direito a Ter Pai” em 39 comarcas de Minas Gerais



Diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira Brandão

Hellen Caires destacou como melhorias do “exitoso projeto nascido na Defensoria Pública em Uberlândia”, a presença do Centro de Reconhecimento de Paternidade na sede I da DPMG em Belo Horizonte e o encaminhamento ao Centro das situações que envolvam exames de pais falecidos, “de forma que o atendimento a demandas mais complexas seja realizado com maior tranquilidade e cuidado”.

A diretora da Esdep expressou o desejo de que a estrutura da parceria com o Tribunal de Justiça na Capital possa ser replicada no interior do Estado e salientou o alcance do mutirão e o empenho dos profissionais envolvidos. “Integração, agilidade e cuidado permitirão que o filho de uma assistida que reside em Divinópolis

possa ter o reconhecimento da paternidade de seu genitor que se encontra preso na comarca de Uberaba. Defensores, juízes e equipe do laboratório permitiram que essa ação fosse realizada”.

“Restamos, portanto, mais integrados e firmes em um único propósito: levar ao cidadão carente de Minas Gerais, um serviço digno e cada vez mais eficiente”, finalizou a diretora.

Na sequência, foram exibidos os trabalhos produzidos pelas crianças e adolescentes da rede municipal de ensino, vencedores do Concurso de Desenhos e Redações com o tema “Mutirão Direito a Ter Pai”, promovido pela unidade da DPMG em São Lourenço, em parceria com a prefeitura do município.

continua >>



Exibição dos trabalhos produzidos pelas crianças e adolescentes da rede municipal de ensino, vencedores do Concurso de Desenhos e Redações com o tema “Mutirão Direito a Ter Pai”, em São Lourenço

Continuação

Defensoria Pública promove Mutirão “Direito a Ter Pai” em 39 comarcas de Minas Gerais



Da esquerda para a direita: gerente executiva de relacionamento institucional do Instituto Hermes Pardini, Mônica Silva Monteiro de Castro; corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro; presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso; coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; conselheiros Marco Túlio Frutuoso Xavier e Galeno Gomes Siqueira; conselheiro ouvidor do TCE-MG, Gilberto Pinto Monteiro Diniz; assessor parlamentar Clever Fonseca; vice-presidente da Comissão de Família da OAB/MG, Juliana Gontijo; delegada de Polícia Civil, Isabela Franca; juíza do CRP, Maria Luiza de Andrade Rangel; e a defensora-geral, Christiane Malard

A cerimônia de abertura na Capital foi prestigiada por diversas autoridades, entre elas, o conselheiro ouvidor do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE-MG), Gilberto Pinto Monteiro Diniz, representando o presidente Cláudio Couto Terrão; a vice-presidente da Comissão de Família da OAB/MG, Juliana Gontijo, representando o presidente, Antônio Fabrício; a delegada de Polícia Civil, Isabela Franca, representando o chefe de Polícia Civil, João Otacílio; a coordenadora do CRP, Claudinéa de Oliveira Alves; o assessor parlamentar Clever Fonseca, representando o deputado federal Rodrigo Pacheco; os representantes do Sindicato das Empresas de Transporte de Belo Horizonte (Setra-BH), Dine Alvarenga e Maurício Reis; a assessora do Sicoob Jus-MP, Renata Sader; o presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), Eduardo Cyrino Generoso; o corregedor-geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro; o conselheiro do Conselho Superior da Casa, Thiago Dutra Vaz de Souza; além da coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; e dos assessores da Defensoria-Geral, Diana de Lima Prata Camargos, Gério Patrocínio Soares, Nikolas S. Macedo Katopodis, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, Roberta de Mesquita Ribeiro e Rômulo Luis Veloso de Carvalho.



Gerente do Instituto Hermes Pardini, Mônica Silva Monteiro de Castro; defensora pública-geral, Christiane Malard; coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital, Michelle Mascarenhas; juíza de Direito, Maria Luiza de Andrade Rangel; diretora da Esdep, Hellen Caires

Depoimentos

A oportunidade do mutirão possibilitou que mesmo as famílias que moram juntas há tempo pudessem formalizar a paternidade no registro de nascimento dos filhos. Foi o caso da Poliana, 32, que apesar de viver com a família, ainda não possuía na certidão o registro do pai, Joaquim, 71.

continua >>

Continuação

Defensoria Pública promove Mutirão “Direito a Ter Pai” em 39 comarcas de Minas Gerais

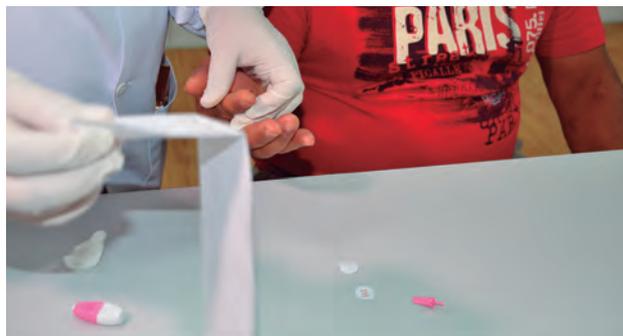


Flávio fez o reconhecimento espontaneamente

À época do nascimento, sua mãe, Altina, 61, estava divorciada do pai e não fez o registro da paternidade da criança. A iniciativa do reconhecimento surgiu da preocupação da filha com a idade avançada e a condição de saúde do pai. “Apesar de ser só uma formalidade, é com certeza uma alegria poder ter no papel o nome dele na minha certidão e saber que, daqui para frente, poderei, legalmente, dar a assistência que ele precisa”, explicou.

Reconhecer a paternidade é tomar uma atitude de responsabilidade com o futuro dos filhos. Mesmo quem não possui o registro do próprio pai pôde aproveitar o atendimento do mutirão para reconhecer os seus filhos. Flávio, 30, veio reconhecer espontaneamente a filha Hester, 6. A intenção é não deixar que ela, assim como ele, passe a vida sem, ao menos, saber o nome do pai. “Ela tá na escolinha agora, mas vim aqui, com todos os documentos, porque ela não pode ficar sem saber quem é o pai dela”, contou.

Os exames de DNA, realizados gratuitamente, motivaram muitas pessoas a certificar o parentesco entre pais e filhos. Exemplo é o caso do Antônio (nome fictício), 58, que teve um breve relacionamento há mais de trinta anos e até hoje não tinha certeza sobre a paternidade de Jacqueline (nome fictício), 31. Ambos vieram à DPMG para fazer a coleta do sangue e certificar a suposta familiaridade. “Pra mim, isso é muito emocionante e vai ser muito bom saber se ele é mesmo o meu pai”, declarou Jacqueline. Agora, é só aguardarem o resultado do exame, que será divulgado no dia 1º de dezembro.



Exame de DNA: coleta feita por profissionais de saúde dentro das sedes da Defensoria Pública

Parcerias

A ação conta com o apoio do Sicoob Jus-MP, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), do Sindicato das Empresas de Transporte de Belo Horizonte (Setra-BH), do Sindicato dos Corretores de Seguros no Estado de Minas Gerais (Sincor), do Laboratório Hermes Pardini, da Rede de Supermercados Verdemar, da Uber, da Globo MA ação conta com o apoio do Sicoob Jus-MP, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), do Sindicato das Empresas de Transporte de Belo Horizonte (Setra-BH), do Sindicato dos Corretores de Seguros no Estado de Minas Gerais (Sincor), do Laboratório Hermes Pardini, da Rede de Supermercados Verdemar, da Uber, da Globo Minas e demais veículos de Comunicação e da Uber, além dos parceiros locais nos municípios onde o mutirão foi realizado.

A Defensoria Pública e o TJMG são parceiros na iniciativa desde a primeira edição realizada na Capital, em 2012. Em 2013, quando o mutirão passou a ser realizado em várias comarcas do Estado, o Tribunal de Justiça, por meio do Centro de Reconhecimento de Paternidade, passou a disponibilizar os exames de DNA nos municípios participantes.

[Clique aqui para ver mais fotos.](#)

Confira, na página 27, as informações do Mutirão “Direito a Ter Pai” no interior.

SAIU NA MÍDIA

MG TV 1ª edição

A reportagem sobre o mutirão está a partir do 37º min.

TV Canção Nova

Agência Minas

TV Justiça

Rádio Itatiaia

Jornal O Tempo



Defensoria Pública e Tribunal de Justiça assinam TCT para realização do Mutirão Direito a Ter Pai

Dia 23.10.2017, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, e o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Herbert Carneiro, assinaram termo de cooperação técnica com o objetivo de promover mais uma edição do Mutirão Direito a Ter Pai e outras atividades na área de Família que busquem a solução extrajudicial de conflitos, na Capital e no interior.

A defensora-geral, Christiane Malard, agradeceu a parceria com o Tribunal de Justiça e destacou que o investimento do órgão com a disponibilização dos exames de DNA gera economia, uma vez que possibilita a desjudicialização de inúmeras demandas. “É muito positivo que a Defensoria Pública e o Poder Judiciário proporcionem esse benefício para o cidadão, com atendimento ágil e célere”.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Herbert Carneiro, destacou que, apesar da dificuldade

orçamentária atualmente enfrentada, o êxito e a importância da iniciativa justificam o esforço em prol de sua viabilização.

A juíza responsável pelo Centro de Reconhecimento de Paternidade (CRP), Maria Luiza de Andrade Rangel Pires, ressaltou que a estratégia conjunta de divulgação alinhada por ambas as instituições gerou resultados positivos. “Com a visibilidade gerada pela divulgação, neste ano, já aumentou muito a procura pelo CRP, que também disponibiliza, diariamente e sem custo, os serviços oferecidos pelo mutirão”.

Também estavam presentes na assinatura do TCT a coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital, defensora pública Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, e os juízes auxiliares da presidência do Tribunal de Justiça, Antonio Carlos Parreira, Luzia Divina de Paula Peixôto e Thiago Colnago Cabral.



Defensora-geral, Christiane Malard, e o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, formalizam a parceria

Em sentido horário: coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital, Michelle Mascarenhas; DPG Christiane Malard; presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro; juíza do CRP, Maria Luiza Rangel; e os juízes auxiliares da presidência do Tribunal, Luzia Divina de Paula Peixôto, Antonio Carlos Parreira e Thiago Colnago Cabral





Defensora-geral prestigia outorga da Medalha do Mérito Jurídico Presidente Pedro Aleixo

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, representou a Instituição na solenidade de outorga da Medalha do Mérito Jurídico Presidente Pedro Aleixo, concedida pela Prefeitura Municipal de Mariana dia 21 de outubro. A cerimônia, que aconteceu na cidade histórica, contou com a presença do prefeito, Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, e do vice-prefeito, Newton Xavier Godoy, entre outras autoridades.

Nesta primeira edição da medalha, foram homenageadas oito personalidades pela contribuição no desenvolvimento da Justiça e na promoção da paz social. Instituída pela Lei Municipal 3.170 de 2017, a comenda visa divulgar os valores éticos, morais e cívicos de Pedro Aleixo, jurista, homem público marianense e defensor das liberdades democráticas no País.

continua >>



Defensora pública-geral de Minas Gerais, Christiane Malard (2ª posição, à direita), compõe a mesa de honra do evento



Prefeito de Mariana, Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior; desembargador Pedro Bernardes; defensora-geral, Christiane Malard; e o promotor de Justiça, Daniel Malard





Continuação

Defensora-geral prestigia outorga da Medalha do Mérito Jurídico Presidente Pedro Aleixo

Foram homenageados a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha; o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Mário da Silva Velloso; o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Herbert Carneiro; o 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto; o

ex-ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel; o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme Martins de Oliveira Neto; o vice-presidente da AMB, desembargador Nelson Missias de Moraes; e o ex-ministro do STF, José Francisco Rezek.

Com informações da Prefeitura de Mariana



Prefeito de Mariana, Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior; promotor de Justiça, Daniel Malard; 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto; presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro; promotor de Justiça, Guilherme de Sá Meneghin; defensora-geral, Christiane Malard; e o secretário da Casa Civil, Marco Antônio de Rezende Teixeira



DPG acompanhada pelo ex-ministro do STF, Carlos Mário da Silva Velloso



Chefe de gabinete do Tribunal de Contas de Minas Gerais, Cristiano Alkmin; prefeito de Ouro Preto, Júlio Pimenta; defensora pública-geral, Christiane Malard; ex-ministro do STF, José Francisco Rezek; desembargador Caetano Levi Lopes; e o prefeito de Mariana, Duarte Júnior



Christiane Malard e o ex-ministro do STF, José Francisco Rezek

Desembargador Pedro Aleixo e filha; DPG Christiane Malard; e o vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Nelson Missias de Moraes





Defensora-geral participa da entrega da Medalha Santos Dumont

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, participou, no dia 24 de outubro, da solenidade de entrega da Medalha Santos Dumont. A cerimônia foi realizada na Fazenda Cabangu, em Santos Dumont, na Zona da Mata.



Dispositivo de autoridades

A Medalha Santos Dumont foi criada pelo governo de Minas Gerais em 1956, em comemoração ao primeiro voo da aeronave 14-Bis, do brasileiro Alberto Santos Dumont, em outubro de 1906, em Paris (França).

Desde então, a condecoração – concedida nos graus Grande Colar, Ouro, Prata e Bronze – busca homenagear civis e militares com atuação de destaque em favor da sociedade civil, que tenham contribuído para o desenvolvimento do Estado e do País.

A solenidade, presidida pelo secretário de Estado de Segurança Pública, Sérgio Menezes, representando o governador Fernando Pimentel, homenageou 130 personalidades. O Grande Colar foi entregue ao prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, que também foi o orador.

A Defensoria Pública de Minas Gerais foi homenageada em edições anteriores. Em 2014, a defensora pública-geral, Christiane Malard, recebeu a Medalha, grau Ouro. Em 2013, juntamente com o defensor público aposentado Geraldo Magela Metri Pinto, Christiane Malard foi condecorada com o grau Bronze. E, em 2012, a defensora pública-geral à época, Andréa Abritta Garzon, foi condecorada com o grau Ouro da comenda.



Representando o governador do Estado, Fernando Pimentel, o secretário de Segurança Pública, Sérgio Menezes; a defensora-geral, Christiane Malard e o prefeito de Santos Dumont, Carlos Alberto de Azevedo



Comissão de Constituição e Justiça da ALMG dá parecer favorável ao PL 4616/2017

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou, dia 25 de outubro, parecer pela legalidade do Projeto de Lei (PL) 4.616/17, de autoria da Defensoria Pública. A matéria trata da revisão anual dos subsídios, vencimentos e proventos dos membros e servidores do órgão.

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procopio Malard, participou na reunião da comissão, acompanhada dos assessores da Defensoria Geral, Diana de Lima Prata Camargos, Gério Patrocínio Soares, Rômulo Luis Veloso de Carvalho, Cláudio Miranda Pagano, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e Roberta de Mesquita Ribeiro. Presentes, também, o presidente Eduardo Cyrino Generoso e o diretor para Assuntos Institucionais e Parlamentares, Sergio Riani, da Associação dos Defensores Públicos (Adep-MG); os defensores públicos Felipe Soledade, Alenize Correia Silva Lopes, Ricardo de Araújo Teixeira, Alessandra Pereira Eler e Ana Sofia Rezende Sauma; e o presidente da Associação dos Servidores da Ati-

vidade Meio da DPMG (Asamdep-MG), Hilton de Assis Santa Bárbara.

Agora, o projeto, que prevê revisão de 8,84% retroativa a 1º de maio de 2017, pode seguir para análise da Comissão de Administração Pública em 1º turno.

Christiane Malard explicou que, a despeito da Emenda Constitucional 80, de 2014, que estabeleceu simetria com o subsídio dos magistrados, os defensores ainda não contam com a referida equiparação em razão da ausência de orçamento. Para a defensora-geral, “a aprovação na CCJ foi um avanço importante para os membros e servidores da Defensoria Pública, pois reflete a recomposição parcial da inflação, entre junho de 2015 e julho de 2016”.



Presidente da Asamdep-MG, Hilton de Assis Santa Bárbara; presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso; assessora Institucional da DPG, Diana Camargos; deputado estadual Isauro Calais; defensora-geral, Christiane Malard; chefe de gabinete, Gério Patrocínio Soares; diretor para Assuntos Institucionais e Parlamentares da Adep-MG, Sergio Riani; assessor Institucional da DPG, Rômulo Veloso; assessor parlamentar, Getúlio Barroca Rodrigues



Defensora-geral e o deputado Bonifácio Mourão

Deputados destacam papel da Defensoria Pública

Na reunião, parlamentares enfatizaram o trabalho realizado pelo órgão. A reunião ocorreu exclusivamente para votação do projeto de lei da Defensoria Pública. A oposição concordou em suspender a obstrução, que vinha realizando aos projetos na comissão, para votar o PL 4616.

O relator Isauro Calais salientou que a instituição está sempre do lado do cidadão carente. Ele defendeu uma equiparação entre a Defensoria Pública e o MP, inclusive no orçamento. “Essa recomposição proposta pelo projeto é necessária porque os defensores públicos não estão vinculados ao teto salarial.

continua >>



Continuação

Comissão de Constituição e Justiça da ALMG dá parecer favorável ao PL 4616/2017

Quando há uma alteração nesse teto, membros do Ministério Público e do Tribunal Justiça têm aumento, enquanto eles não o recebem”, reforçou.

O presidente da comissão, deputado Leonídio Bouças, destacou a necessidade da Defensoria Pública de Minas Gerais de obter ainda mais avanços, mas argumentou que essas conquistas estão relacionadas também à realidade financeira do Estado.

A aprovação do projeto na CCJ ocorreu por unanimidade.

Defensora-geral e o deputado Sargento Rodrigues



Defensora-geral recebe visita de magistrado

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu dia 20 de outubro, o juiz auxiliar Walter Zwicker Esbaille Júnior, do Tribunal do Júri de Belo Horizonte. Participou, também, a assessora Institucional da

Defensoria Geral, Cibele Cristina Maffia Lopes.

No encontro foram tratados assuntos de interesse interinstitucional e, na oportunidade, o juiz Walter Esbaille conheceu as novas instalações da Defensoria Pública.



Assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes; defensora-geral, Christiane Malard; e o juiz auxiliar, Walter Zwicker Esbaille Júnior

DPG recebe subsecretária de Humanização do Atendimento

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu a defensora pública e subsecretária de Humanização do Atendimento, Emília Eunilce Alcaraz

Castilho, dia 23.10.2017. O órgão integra a Secretaria de Administração Prisional.

continua >>



Defensora pública-geral, Christiane Malard (ao centro); a subsecretária de Humanização do Atendimento, Emília Eunilce Alcaraz Castilho; e os assessores institucionais da Defensoria-Geral, na sequência, Rômulo Velloso e Nikolas Katopodis e o chefe de gabinete, Gério Patrocínio Soares



Continuação

DPG recebe subsecretária de Humanização do Atendimento

Participaram do encontro, ainda, os assessores institucionais da Defensoria Geral, Gério Patrocínio Soares, Nikolas Stefany Macedo Katopodis e Rômulo Luis Veloso de Carvalho.

A subsecretária relatou suas atividades à frente da Pasta, bem como sobre a importância institucional da sua permanência na Subsecretaria de Humanização do Atendimento, especialmente pelos projetos em andamento. Emília Castilho falou, também, dos avanços na relação interinstitucional entre a Defensoria Pública e a

Secretaria de Estado de Administração Prisional desde a sua assunção na subsecretaria.

A defensora-geral Christiane Malard ressaltou que a permanência da defensora pública no Poder Executivo é estratégica e fundamental. Christiane Malard disse, também, que o retorno dos defensores públicos é sempre muito positivo com relação às demandas que são encaminhadas à Subsecretaria, “em razão do trabalho que vem sendo realizado pela defensora pública Emília Castilho”, afirmou.

Defensores públicos entregam “Protocolo de Caxambu” para a Defensoria-Geral

Defensores públicos oriundos do VII Concurso para a Carreira da Defensoria Pública entregaram, dia 23.10.2017, para a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, o “Protocolo de Caxambu”.

O documento, do qual são signatários cerca de 70 defensores públicos, representa uma atualização da “Carta de Boa Esperança”, encaminhada à Defensoria-Geral em março de 2016, e apresenta contribuições com vistas ao desenvolvimento da Instituição.

Na reunião de entrega as questões ofertadas foram amplamente discutidas e serão encaminhadas no âmbito da Defensoria-Geral e do Conselho Superior.

Atendendo ao pedido dos signatários, a Defensoria-Geral compartilha com os membros da carreira o documento apresentado, reiterando que se encontra aberta ao diálogo e desenvolvimento de ideias que proporcionem o fortalecimento e aprimoramento institucional.

[Clique aqui para ler o “Protocolo de Caxambu”.](#)



Defensor público Paulo Henrique Drummond Monteiro; chefe de gabinete, Gério Patrocínio Soares; assessor institucional, Rômulo Luis Veloso de Carvalho; defensora pública-geral, Christiane Malard; assessor de Planejamento e Infraestrutura; Rafael de Freitas Cunha Lins; defensores públicos Gabriel Freitas Maciel Garcia de Carvalho e Carolina Morishita Mota Ferreira; e a diretora da Escola Superior, Hellen Caires Teixeira Brandão



Defensora-geral reúne-se com defensores públicos de Juiz de Fora

Em visita à região da Zona da Mata, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, esteve em Juiz de Fora, no dia 24 de outubro, ocasião em que se reuniu com os defensores públicos em atuação na comarca.

No encontro, foram tratadas questões institucionais.



Defensora pública-geral, Christiane Malard; coordenadora da Regional Mata I, Ana Lucia Gouveia Leite; os defensores públicos Mario César da Silva Carneiro, Jeanne Pereira Barbosa, Adriana Patrícia Campos Pereira, Raquel Tolomelli Campos, Lenora Bustamante de Luna Dias, Ana Paula Távora Neves, Denise Magaldi de Lacerda Resende, Luiz Antônio Barroso Rodrigues, Márcio Luiz Vieira Baesso, Bernardo Gomes de Freitas e Maycol Marques Lacerda; e o gestor Adalto Quaresma Lemos, membro diretor da Associação dos Servidores da Atividade Meio da Defensoria Pública de Minas Gerais (Asamdep-MG)

DPG reúne-se com o advogado-geral do Estado



Dia 27.10.2017, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, reuniu-se com o advogado-geral do Estado, Onofre Alves Batista Júnior, e a assessora Marise Cunha, para tratar de assuntos de interesse institucional, relativos aos reflexos da Lei Complementar nº 156/2016.

Participaram também da reunião os assessores da Defensoria-Geral, Gério Patrocínio Soares, Nikolas S. Macedo Katopodis, Rômulo Luis Veloso de Carvalho e Cláudio Miranda Pagano.



Assessores da Defensoria-Geral, Rômulo Luis Veloso, Cláudio Miranda Pagano; chefe de gabinete, Gério Patrocínio Soares; advogado-geral do Estado, Onofre Alves Batista Júnior; defensora-geral Christiane Malard; assessor da DPG, Nikolas S. Macedo Katopodis



Defensora-geral reúne-se com parlamentares

Dia 27.10.2017, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, reuniu-se com o deputado estadual Fred Costa e com o assessor parlamentar do deputado federal Rodrigo Pacheco, Clever Fonseca.

Durante o encontro, foram discutidos temas de inte-

resse da Defensoria Pública de Minas Gerais, tanto em âmbito estadual, quanto nacional.

Participaram também da reunião os assessores Institucionais da Defensoria-Geral, Diana de Lima Prata Camargos e Gério Patrocínio Soares.



Da esquerda para a direita: deputado estadual Fred Costa; assessor parlamentar Clever Fonseca; defensora-geral, Christiane Malard; assessores Institucionais, Diana de Lima Prata Camargos e o chefe de Gabinete Gério Patrocínio Soares

DPG prestigia encontro de inauguração do Projeto “Mulheres por Minas”

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, representou a Instituição no encontro de inauguração do Projeto “Mulheres por Minas”, realizado no dia 27.10.2017. Também participaram do evento a diretora da Escola Superior da DPMG, Hellen Caires Teixeira Brandão, a defensora pública Juliana de Carvalho Bastone e a subsecretária de Humanização do Atendimento da Seap, defensora pública Emília Castilho, além de outras autoridades.

O projeto, que é uma ação do Núcleo de Diálogos para o Estado de Minas (Nudem), parceria entre a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (Seccri) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tem como objetivo destacar as ações de mulheres que atuam em prol do Estado de Minas Gerais. Sua finalidade é debater em seminários a condição da mulher e confrontar a invisibilidade das mesmas, apesar das relevantes ações e papéis ocupados pela figura feminina na sociedade e na cultura mineiras, sem o equivalente reconhecimento.

Ao abrir o evento, a secretária adjunta de Casa Civil e Relações Institucionais, Mariah Brochado Ferreira, falou sobre a origem do projeto, seus objetivos, propósitos e linhas de ação.

Durante o encontro, também foram apresentadas, para lideranças femininas do estado, as parcerias já firmadas pelo projeto desde o seu lançamento, em julho.



Defensora pública-geral, Christiane Malard, acompanhada pela secretária adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais, Mariah Brochado

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) é uma das instituições parceiras do “Mulheres por Minas”.

continua >>



Continuação

Defensora-geral prestigia encontro de inauguração do Projeto “Mulheres por Minas”

Promovido pela Escola Superior da DPMG, o curso “Defensoras Populares” visa à formação e à articulação de mulheres que se destacam como lideranças populares, de forma que possam buscar a solução das demandas mais comuns em sua comunidade. Além do empoderamento das “Defensoras Populares”, a iniciativa visa permitir que essas mulheres possam contribuir para a mudança social a partir do grupo onde estão inseridas. A capacitação começou em setembro e vai

até dezembro.

Outra iniciativa da Defensoria Pública de Minas Gerais alinhada com o Projeto “Mulheres por Minas” é o “Gestação Legal”, ciclo de palestras que visa proporcionar o acesso de mães a informações qualificadas sobre direitos da gestante e do bebê. A segunda edição do projeto foi realizada no dia 1º de novembro, na sede I da DPMG, na Capital.

Com informações da Agência Minas



Diretora da Esdep, Hellen Caires; defensora pública Juliana Bastone; secretária adjunta, Mariah Brochado; DPG Christiane Malard; e a subsecretária de Humanização do Atendimento da Seap, defensora pública Emília Castilho

Defensoria-geral recebe promotor de Justiça da área de Saúde

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procopio Malard, recebeu, no dia 01.11.2017, o coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Promotores de Justiça de Defesa da Saúde, promotor de Justiça Gilmar de Assis e a assessora Marineide Chaves Andrade.

A defensora-geral estava acompanhada dos as-

sessores Cláudio Miranda Pagano, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e Tífanie Avellar Carvalho e do defensor público em atuação na Defensoria Especializada da Saúde, Rodrigo Aldebert Andrade Delage.

No encontro foi discutida a viabilização de parceria entre as instituições para a formalização de termo de cooperação técnica na área de saúde.



Assessores Cláudio Pagano, Tífanie Carvalho e Raquel Gomes Dias; defensora-geral, Christiane Malard; promotor de Justiça Gilmar de Assis; defensor público Rodrigo Delage e assessora Marineide Chaves Andrade



Defensora-geral recebe visita do coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu em seu gabinete, no dia 1º de novembro, a visita do coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível, Wellerson Eduardo da

Silva Corrêa. Do encontro, participaram o chefe de Gabinete, Gério Patrocínio Soares, e a assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias. Durante a reunião foram tratados assuntos institucionais.



O chefe de Gabinete, Gério Patrocínio Soares; a assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa; a defensora-geral, Christiane Malard; e o defensor público Wellerson Corrêa

Ações em destaque

Defensoria Pública realiza inspeção no Centro Socioeducativo Lindeia

A Defensoria Pública de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) e a Defensoria Pública Especializada da Criança e Adolescente – Ato Infracional realizaram inspeção conjunta no Centro de Internação Socioeducativo Lindeia, na Capital, no dia 5 de outubro. Participaram as defensoras públicas Rachel Aparecida de Aguiar Passos, em atuação na DDPH, e Ana Paula Coutinho Canela e Souza, em atuação na Especializada da Infância e Juventude Ato Infracional.

A iniciativa se deu em cumprimento da prerrogativa Constitucional e legal da Defensoria Pública esta-

dual nas demandas afetas às Unidades de Internação, conforme Termo de Cooperação entre as Defensorias Especializadas.

Na oportunidade, os adolescentes foram entrevistados sobre as questões estruturais do estabelecimento, agentes penitenciários e administrativos, bem como a direção do presídio, “com o objetivo de garantir o melhor interesse do socioeducando, com apoio no Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição de 1988”, conforme ressaltou a defensora pública Rachel Passos.



Da esquerda para a direita: O diretor de Segurança; Leomar Oliveira Souza; o diretor Geral, Gerson Raimundo da Silva; a defensora pública Rachel Aparecida de Aguiar Passos; a defensora pública Ana Paula Coutinho Canela e Souza; e os estagiários da DPMG, Paloma e João Vítor

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

DPMG participa de reunião em Brasília para definir atuação conjunta junto aos tribunais superiores

Os defensores públicos Péricles Batista e Adail Martins, ambos em atuação no Escritório de Representação junto aos Tribunais Superiores das Defensorias Públicas de Minas Gerais e da Bahia, participaram de reunião com representantes das demais Defensorias Estaduais para definir atuação estratégica junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). O encontro aconteceu no dia 18 de outubro, em Brasília.

O encontro teve como objetivo debater formas de atuação unificada, em especial, aquelas com relevância institucional. Durante a reunião, foram discutidos a atuação conjunta em ações sobre fornecimento pelo Estado de remédios não disponibilizados pelo SUS e questões relacionadas à internação de crianças e adolescentes, dentre outras.

Com informações da DPE/GO



Defensores públicos Péricles Batista e Adail Martins em reunião com representantes das Defensorias Estaduais, em Brasília

Defensoria Pública participa de audiência pública com agentes de saúde na ALMG

O coordenador da área Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa, representou a defensoria pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, em audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), realizada dia 19 de outubro.

Formulada por requerimento do deputado Fred Costa, a reunião debateu o plano de carreira dos agentes

de controle de endemias e dos agentes comunitários de saúde de Belo Horizonte. A categoria reivindicou a mudança do regime de trabalho – de celetista para estatutário – e a adoção do piso salarial. Na oportunidade, o defensor público Alexandre Tavares Costa destacou a importância das reivindicações e anunciou que a Defensoria Pública está aberta para a causa da categoria.

Com informações da ALMG



Israel Arimar de Moura (presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte), Ewerton de Matos (agente de combate à endemia II), Alexandre Tavares Costa (defensor público coordenador da Área Cível de Belo Horizonte), Fred Costa (deputado estadual), Lucimar Rodrigues Fonseca (representante dos agentes comunitários de saúde de Belo Horizonte), Patrícia Cristina Silva Andrade (representante dos agentes do combate à endemias)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública recebe representantes dos agentes de controle de endemias e agentes comunitários de saúde

O coordenador da área Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa, reuniu-se no dia 27.10.2017, no Gabinete da Defensoria-Geral, com representantes dos agentes de controle de endemias e dos agentes comunitários de saúde de Belo Horizonte. Do encontro, participaram o deputado estadual Fred Costa e a defensora

pública Juliana de Carvalho Bastone, em atuação na Inicial Cível.

A reunião deu prosseguimento às negociações sobre o plano de carreira da categoria, após audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) no dia 20 de outubro, para debater o assunto.



Os defensores públicos, Alexandre Tavares e Juliana Bastone (1ª e 2ª posições da direita para a esquerda) e o deputado Fred Costa (4ª posição da direita para a esquerda) e representantes dos agentes de controle de endemias e agentes comunitários de saúde

DPMG participa de seminário sobre judicialização da saúde

O coordenador da Defensoria Especializada da Saúde, Bruno Barcala Reis, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no seminário "Alternativas à Judicialização: experiências do MPMG, DPMG, TJMG e SES-MG", promovido pela escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG), dia 20 de outubro, na Capital.

O evento é uma iniciativa da coordenação do curso de especialização em Direito Sanitário da instituição, em parceria com a Defensoria Pública, Ministério Público, Secretaria de Estado de Saúde e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), para a discussão sobre os contextos e cenários da Judicialização no Sistema Único de Saúde (SUS).

Em sua palestra, Bruno Barcala abordou o trabalho da Defensoria Pública da Saúde no atendimento às demandas da população junto ao Sistema Único de Saúde (SUS). Resaltou o incentivo dado às políticas públicas no sentido de tornar mais eficiente o atendimento e a atenção à saúde e a judicialização.

O defensor público fez um histórico da evolução dos direitos à saúde e, com foco na Constituição Federal, ressaltou como o direito à saúde vem se consolidando como garantia fundamental do cidadão. Lembrou que "a Defensoria Pública e o sistema estadual de Saúde possuem um Termo de Cooperação Técnica que facilita a tramitação das demandas judiciais e favorece a busca de soluções administrativas para a resolução dos problemas".

Conforme Bruno Barcala, "são passos importantes para reduzir a judicialização: a disponibilização de informações sobre procedimentos, a qualificação e a padronização do atendimento pelo SUS, e a criação de mecanismos de conciliação administrativa!".

Segundo o defensor público, as soluções administrativas respondem por 20% do total das demandas que chegam à Defensoria Pública. Revelou que as ações judiciais relativas a medicamentos diminuiriam em 40% caso o SUS fornecesse apenas três medicamentos – Lucentis, micofenolato de mofetila e cinacalcet.



O defensor público Bruno Barcala Reis (de pé); à sua direita, a assessora da diretoria da ESP-MG, Lenira Maia; e, à esquerda, o promotor de Justiça, Gilmar de Assis; a assessora-chefe do Núcleo de Atendimento à Judicialização da Saúde da SES-MG, Patrícia de Oliveira; e o desembargador Renato Luís Dresch



AÇÕES EM DESTAQUE

Outubro Rosa na DPMG, em Belo Horizonte, traz palestras sobre prevenção ao câncer de mama

Conscientizar a população sobre a prevenção ao câncer de mama é o objetivo principal da Campanha Outubro Rosa, apoiada pela Defensoria Pública.

A fim de trazer uma perspectiva médica, com informações especializadas sobre a doença, a ginecologista e obstetra Sandra Haueisen Freire Pimenta, referência técnica da Coordenação de Atenção à Saúde da Mulher da Prefeitura de Belo Horizonte, ministrou palestra para os assistidos que aguardavam atendimento na sede I da Defensoria Pública na capital, dia 24 de outubro.

Sandra Pimenta falou sobre os diversos fatores que aumentam o risco de desenvolver a doença, tais como idade, história reprodutiva e fatores endócrinos, comportamentais, ambientais, genéticos e hereditários. A ginecologista do Hospital Felício Rocho chamou atenção para os fatores relacionados ao estilo de vida, como alcoolismo, tabagismo, obesidade, sedentarismo e uso de pílulas anticoncepcionais. “Ter alimentação e hábitos saudáveis é um dos primeiros passos na prevenção ao câncer de mama”, ressaltou.

A importância de desmitificar o autoexame também foi abordada. Segundo a palestrante, o receio da dor e da descoberta da doença reduz a quantidade de pessoas que fazem o exame periódico das mamas. “Muitas mulheres não realizam o autoexame por medo e desinformação”, explicou.

“Alguns tabus sobre o câncer de mama nas mulheres, ou mesmo sobre o câncer de próstata nos homens, precisam ser esclarecidos para que as pessoas estejam mais bem informadas, para facilitar o diagnóstico precoce e o tratamento da doença”, concluiu a palestrante.

MG apoia o Outubro Rosa

A palestra é mais uma ação de iniciativa da Assessoria de Comunicação e Cerimonial (Ascom), em parceria



Sandra Haueisen Freire Pimenta ministra palestra para assistidos

com a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, para a promoção da Campanha Outubro Rosa. No dia 17.10.2017, a servidora e escritora Soraia Evangelista da Conceição falou sobre sua superação após o diagnóstico e a vivência durante o tratamento oncológico.

Acesse a matéria sobre essa palestra

A Campanha Outubro Rosa tem como objetivo principal alertar as mulheres e a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama. A campanha acontece com mais intensidade no mês de outubro e tem como símbolo a cor rosa.

Desde 2013, a Defensoria Pública de Minas Gerais apoia o Outubro Rosa. Neste ano, durante a noite, o prédio da sede I da DPMG na Capital está com a fachada iluminada na cor rosa.

Momento de conscientização sobre câncer de mama com funcionárias da DPMG em Coromandel



O defensor público Adilberto Ramos de Moura

A Defensoria Pública em Coromandel promoveu, dia 18.10.2017, um momento de conscientização e diálogo sobre a prevenção ao câncer de mama, com funcionárias da Instituição, dentro das atividades do Outubro Rosa.

Numa iniciativa do coordenador Local, Adilberto Ramos de Moura, as estagiárias Lohrrany Isadora de Araújo Faria, Rita de Cassia Vieira e Rithielly Silva Queiroz, e a servidora Gisele Nesso Ferreira, debateram a temática, trocando experiências e relatando episódios vivenciados com familiares e amigos.



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública em Betim realiza Casamento Comunitário em parceria com a Prefeitura do município

A Defensoria Pública em Betim promoveu, no dia 26.10.2017, em parceria com a Prefeitura de Betim, o Casamento Comunitário na comarca. A cerimônia aconteceu no Ginásio Divino Braga. No total, 58 casais realizaram o sonho de oficializar a união, com direito a marcha nupcial, tapete vermelho, vestido de noiva, foto oficial e recepção.



Casamento Comunitário em Betim

Os noivos foram apadrinhados pelos casais formados pela defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, e pelo coordenador Local da Defensoria Pública em Betim, Luís Renato Braga Arêas Pinheiro; e também, pelo vice-prefeito de Betim, dr. Vinícius Rezende, acompanhado da secretária de Gabinete, Cleusa Lara; pelo secretário de Governo e procurador-geral do Município,



A defensora-geral, Christiane Malard e o coordenador local, Luís Renato Arêas, formaram um dos casais que apadrinharam os noivos

Bruno Cypriano e esposa; e pelo presidente da Câmara dos Vereadores de Betim, Léo Contador, e a secretária de Assistência Social, Fabiane Patrícia Quintela.

No dispositivo, aguardavam a entrada dos noivos, o juiz de Direito, Gustavo Cheik e o pastor Adimilson Marcelino Gonçalves. Presentes, ainda, os assessores Institucionais, Gério Patrocínio Soares e Nikolas Stefany de Macedo Katopodis e os defensores em atuação na comarca, Renata Pacheco Duarte e Maxnei Gonzaga.

A defensora pública-geral, Christiane Malard, iniciou seu discurso com uma mensagem para os noivos sobre a importância do amor, com a citação bíblica de Coríntios (1 Cor 13: 1-13): “Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor, serei como o sino que ressoa ou como o prato retine”.

Christiane Malard ressaltou o compromisso da Defensoria Pública em atuar extrajudicialmente, “empresando proteção jurídica à valorização do afeto e promovendo a regularização de relações familiares”.

A defensora-geral destacou, também, que o casamento é importante para a estruturação dos núcleos familiares e o estreitamento das relações afetivas entre pais e filhos. “Fatores importantes para a prevenção à criminalidade e ao ingresso ao mundo das drogas e outras dependências”, disse.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Defensoria Pública em Betim realiza Casamento Comunitário em parceria com a Prefeitura do município**

Dispositivo oficial, com os padrinhos do casamento de 58 casais, no Ginásio Divino Braga, em Betim



Ao final, agradeceu aos parceiros da iniciativa, em especial à Prefeitura de Betim que cedeu toda a infraestrutura e o apoio logístico para a realização do evento e aos cartórios que, alterando a rotina de trabalho, possibilitaram a efetivação do casamento. “A estes e aos outros que se uniram a esta causa, rendo minha gratidão,

desejando que jamais cesse a motivação de todos para estarem conosco”, sublinhou.

Aos noivos, Christiane Malard desejou sabedoria, companheirismo, tolerância e “o verdadeiro amor, o que tudo sofre, tudo crê, tudo espera e tudo suporta”

continua >>



Aos noivos, Christiane Malard desejou sabedoria, companheirismo, tolerância e “o verdadeiro amor, o que tudo sofre, tudo crê, tudo espera e tudo suporta”

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Defensoria Pública em Betim realiza Casamento Comunitário em parceria com a Prefeitura do município****Luís Renato Arêas desejou aos casais muita felicidade, com amor no coração**

O coordenador local da Defensoria Pública em Betim, Luís Renato Braga Arêas Pinheiro, ressaltou a importância da iniciativa, uma vez que proporciona às pessoas, com efetividade, a realização do sonho do casamento. “Protege-se a família com a estabilidade e a segurança jurídica que o casamento proporciona”, afirmou.

O vice-prefeito de Betim, dr. Vinícius Rezende, representando o prefeito municipal, Vittório Mediolli, ressal-

tou que o casamento é um marco importante na vida de um casal, ressaltando que a realização do Casamento Comunitário em Betim teve cada detalhe pensado com cuidado e carinho pelas equipes da Defensoria Pública e da Prefeitura Municipal.

“Parabéns aos casais pela união. O casamento tem seus percalços e dificuldades, mas com muito amor, sabedoria e respeito é possível superar tudo. Desejo muitas felicidades a todos e registro a alegria de ter sido padrinho, de uma só vez, de 58 casais”, finalizou o vice-prefeito de Betim, dr. Vinícius Rezende.

Ao final da solenidade, foi oferecida recepção aos noivos, com shows para o público presente e espaço para recreação infantil. A realização do Casamento Comunitário em Betim mobilizou mais de 45 parceiros que ofereceram, gratuitamente: curso de noivos com palestras sobre matrimônio, economia doméstica e orientações jurídicas, vestidos de noiva, fotografia, filmagem, cerimonial, decoração, maquiagem e penteado, serviço de traslado das noivas, serviço de barbearia aos noivos, convites impressos e virtuais, limpeza dentária e clareamento bucal, orquestra da cerimônia, transmissão ao vivo do evento, sorteio de alianças, buquês das noivas, eletrodomésticos, cartão de benefícios em saúde e em diversos comércios do município, cortesias e descontos em hospedagens.

continua >>**Benção dos casais e troca de aliança**



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

Defensoria Pública em Betim realiza Casamento Comunitário em parceria com a Prefeitura do município



Secretária de gabinete, Cleusa Lara; juiz de Direito, Gustavo Cheik; vice-prefeito de Betim, dr. Vinício Rezende; assessor Institucional, Nikolas Stefany de Macedo Katopodis; defensora-geral, Christiane Malard; coordenador local em Betim, Luís Renato Arêas; assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares; presidente da Câmara dos Vereadores, Léo Contador; secretária de Assistência Social, Fabiane Patrícia Quintela; secretário de Governo e procurador-geral do Município, Bruno Cypriano; e pastor Adimilson Marcelino Gonçalves

[Clique aqui para ver mais fotos do Casamento Comunitário em Betim](#)

Defensoria Pública em São Lourenço entrega os prêmios do Concurso de Desenho e Redações

A Defensoria Pública em São Lourenço realizou na quinta-feira, dia 26, na Câmara Municipal, a premiação do Concurso de Desenhos e Redações nas Escolas Municipais, que teve como tema o Mutirão Direito a Ter Pai. A premiação antecedeu o evento, realizado no município, e em mais 38 comarcas, na sexta-feira, dia 27. Foram premiados os alunos Marques Olímpio dos Santos e Wallace; Rafaela Victoria Silva, Saulo Ribeiro Silveira, Luara Carlini Simões da Silva, Carlos Daniel Vieira de Souza, Ana Júlia Rocha de Oliveira, Maria Clara Rocha Honorato, Ayla Bamberg Pereira, Maria Vitória Barbosa Borges e Ana Vaz de Souza Nogueira.



O defensor público Roger Feichas e os alunos premiados no concurso

Parceria entre a Defensoria Pública e a Secretaria Municipal de Educação de São Lourenço, o evento contou com apresentações do Coral Infantil da Unimed e Banda da APAE, além de palestra do atleta paraolímpico Isaac Ribeiro, que abordou o tema “A persistência é o caminho do êxito”.

A premiação integrou o seminário “Técnicas de Solução de Controvérsias”, com as seguintes palestras: “A aplicação da abordagem sistêmica das constelações familiares, da comunicação não violenta e práticas colaborativas no Direito de Família”, pela advogada Fábica Braga de Melo; “Comunicação com adolescentes – como melhorá-la”, pelo psicanalista Ricardo Fera; “Mediação de conflitos e práticas restaurativas no ambiente escolar”, pelo mestre em educação Alfredo Carnevalli Motta; e “Previsão e aplicação prática da arbitragem para solução de controvérsias”, pelo advogado Luiz Paulo Junqueira Ribeiro.

De acordo com o defensor público Roger Feichas “o objetivo do encontro foi atingido, pois o propósito era reunir pessoas que acreditam ser possível fazer justiça fora do Poder Judiciário, e que gostam de pessoas, para debaterem as técnicas de solução de controvérsias e, assim, cada um fazer a sua parte de forma mais humanizada, sistêmica e interdisciplinar”.

continua >>



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Defensoria Pública em São Lourenço entrega os prêmios do Concurso de Desenho e Redações**

A diretora de Desenvolvimento Pedagógico, Daniela Bacha; a secretária municipal de Educação, Leila Palma, o defensor público, Roger Feichas; o prefeito municipal, em exercício, Leonardo de Barros Sanches; e o vereador Ricardo Luiz Nogueira



O defensor público frisou a importância da música no evento: “Não poderia deixar de dizer que, pela música, ilustramos os trabalhos do concurso cultural, já que, por meio do Coral da Unimed, nas crianças, evidenciamos a pureza; da banda da APAE, a adversidade e superação; finalizando com o coral Vozes da Cela, que nos deixou

uma mensagem de esperança”, ressaltou.

Participaram do evento professores e estudantes dos cursos de Direito, Psicologia, Assistência Social e Pedagogia, corpo técnico do CREAS e CRAS, conselheiros tutelares e representantes da secretaria municipal de Educação.

Comarcas do interior recebem o Mutirão 'Direito a Ter Pai'

No dia 27 de outubro, a Defensoria Pública de Minas Gerais promoveu o Mutirão “Direito a Ter Pai” em 39 comarcas do Estado. Realizado em parceria com o Tribunal de Justiça, o mutirão garante à criança, ao adolescente e, eventualmente, ao adulto, o direito a ter o nome do pai em seu registro de nascimento e promove, não apenas o reconhecimento da paternidade ou maternidade, mas também, a conscientização sobre a importância da reconstrução de vínculos afetivos e aproximação entre pais e filhos. Confira abaixo como foi o atendimento no dia do mutirão em diversas comarcas participantes.

Confira abaixo como foi o atendimento no dia do mutirão em diversas comarcas participantes.

Cássia

Na comarca de Cássia, foram realizados 12 exames de DNA e um reconhecimento espontâneo.

As crianças foram presenteadas com balas e pirulitos e foi ofertado um café da manhã, com bolo, biscoitos e outros quitutes, aos assistidos que compareceram na sede da Instituição na comarca.

Segundo a coordenadora Local, Ariadne Fernanda de Faria e Sousa Ramos, um dos casos mais comoventes foi o de uma assistida adulta que perdeu a mãe há pouco tempo e, ao participar do mutirão, afirmou que “se o resultado for positivo, eu voltarei a ter uma família”.

A coordenadora destacou a importância da iniciativa. “Foi um dia de festa, que consolida o “Direito a Ter Pai” como um dos programas mais relevantes desenvolvidos pela Defensoria Pública. Senti o valor do nosso trabalho e a relevância do mutirão na vida de cada um que passou pela Instituição”.

continua >>



Além da defensora pública Ariadne Fernanda de Faria e Sousa Ramos e da equipe do laboratório que realizou as coletas para os exames de DNA, participaram da iniciativa a gestora Selma Carmozine e as estagiárias Hipólita Aparecida Campos Queiroz, Maria Clara Souza Reis e Kátia dos Reis Silva Ferreira

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Comarcas do interior recebem o Mutirão 'Direito a Ter Pai'**

Também houve distribuição, como lembrança do dia, de um passarinho de feltro, que já é marca registrada do mutirão em Cássia

Pedro Leopoldo

Em Pedro Leopoldo, foram realizados 15 exames de DNA e dois reconhecimentos espontâneos. Foram 20 atendimentos, com dois encaminhamentos para ajuizamento de ação de paternidade.

Para o coordenador Local, Manoel Luiz Ferreira, “o evento foi um sucesso. Houve grande participação dos servidores e estagiários, garantindo que tudo transcorresse com grande harmonia. O destaque foram duas demandas relacionadas com registro de maternidade, sendo que, em uma, houve reconhecimento espontâneo”.

Pitangui

Na comarca de Pitangui, foram realizados 14 exames de DNA e um reconhecimento espontâneo.

Participaram do evento a coordenadora Local, Patrícia Mesquita Amaral, a servidora Paula Diniz, os estagiários, Ana Luiza, Lívia, Suzana, Karen e Markiana; e representantes do Laboratório Miguel Sabino.

A defensora pública Patrícia Amaral considerou que, nesta edição, o mutirão registrou “aumento na procura de atendimento por pessoas maiores de idade que desejam realizar o exame com o suposto pai, o que simboliza que a busca do direito a ter pai não tem idade. O sonho de ter um pai é tanto da criança, como do adulto, que passa pelo incômodo de apresentar um documento sem a filiação paterna”, destacou.

Curvelo

Na comarca de Curvelo, foram realizados 15 exames de DNA e seis reconhecimentos espontâneos de paternidade.

Para a promoção do mutirão, os defensores públicos em atuação na comarca concederam entrevistas nas

emissoras de rádio locais, apresentaram o programa nas escolas públicas da região e encaminharam cartazes de divulgação para municípios vizinhos integrantes da comarca.

No dia do evento, a Defensoria Pública ofertou um café aos assistidos, enquanto os cadastros e exames de DNA eram efetivados.



Os defensores públicos Adalberto Pelli e Ana Flávia de Sousa com representantes do Laboratório Hermes Pardini e a estagiária da DPMG, Mariana

Sete Lagoas

Em Sete Lagoas, foram prestados 141 atendimentos, realizados 30 exames de DNA e 12 reconhecimentos espontâneos, com a abertura de oito ações de investigação de paternidade.

Participaram do mutirão, o coordenador Local, Lincoln Jotha Soares, e os defensores públicos Gilson Santos Maciel, Nivea de Matos Lacerda, Danielle Froes Soares Dos Santos, Frederico Newman Figueiredo e Priscila Cristiani Voltarelli, com o apoio dos servidores Adilma Afonsina Moura Nilton, Simone Teodoro Vieira e Maria Carolina Castelo Branco Silva Muniz e oito estagiários.

O coordenador Local, Lincoln Jotha Soares, considerou que “os assistidos ficaram satisfeitos com o evento e o atendimento dos defensores, profissionais da saúde e laboratório. Que o programa possa evoluir e crescer ainda mais, pois é uma importante iniciativa para o exercício da cidadania e para que os assistidos possam usufruir dos direitos decorrentes da paternidade, além de aproximar pai e filho para manterem uma relação afetuosa”, destacou.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE | Continuação

Comarcas do interior recebem o Mutirão 'Direito a Ter Pai'

Os defensores públicos Gilson Santos Maciel, Danielle Froes Soares dos Santos e Lincoln Jotha Soares; as técnicas de enfermagem Melriane Stefanie Martins Falcão, Célia de Almeida Melo, Betânia Maria Caldeira Brant, Larissa Marques Silva e as estagiárias Maria Clara Sanches de Ávila e Karina Campos Machado

Contagem

Na comarca de Contagem, foram realizados 27 exames de DNA e seis reconhecimentos de paternidade.

Trabalharam no evento o coordenador Local, Bruno César Canola e a defensora pública Bruna Helena Neves Oliveira.

Para Bruno Canola, “o Mutirão Direito a Ter Pai é extremamente importante para garantir a efetivação do direito das pessoas de ter registrado na sua certidão de nascimento a origem. Estamos gratificados por poder implementá-lo em Contagem.”



Mutirão realizou 27 exames de DNA em Contagem

São Lourenço

Na comarca de São Lourenço, foram realizados 77 atendimentos, com 18 exames de DNA, um reconhecimento espontâneo e encaminhadas duas ações para investigação de paternidade.

De acordo com o defensor público Roger Feichas, “o mutirão já é uma tradição na comarca e muito



O defensor público Roger Vieira Feichas com a equipe do laboratório e estagiárias da DPMG

importante, pois permite regularizar a paternidade e, ao mesmo tempo, mostrar a aptidão da Defensoria Pública para resolver direitos de forma extrajudicial, oferecendo alternativas à judicialização”.

Lagoa Santa

Em Lagoa Santa, o mutirão recebeu cinco inscrições e foram realizados dois exames de DNA.

Participaram do atendimento o coordenador Local, Vinicius Lopes Martins e as servidoras Melina Sousa Madureira Silva e Thaiane dos Santos Anjo, além da equipe do laboratório.

De acordo com Vinicius Martins, “Lagoa Santa conta com atendimento de Família bem estruturado, não havendo demanda reprimida, o que pode ter influenciado nas estatísticas do evento. Em todo caso, acreditamos que seja possível alcançar aquelas pessoas que, por motivos diversos, nunca procuraram a Justiça para solução da questão da paternidade, seja em nome próprio ou como representante legal da criança ou do adolescente”, frisou.

continua >>

Equipe do laboratório, o defensor público Vinicius Martins e as servidoras Thaiane dos Santos e Melina Madureira

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Comarcas do interior recebem o Mutirão 'Direito a Ter Pai'****Juiz de Fora**

Na comarca de Juiz de Fora, foram prestados 259 atendimentos, com a realização de 60 exames de DNA e 19 reconhecimentos espontâneos.

De acordo com a coordenadora Local, Ana Lúcia Gouveia Leite, “o mutirão foi divulgado amplamente pela mídia e tivemos o retorno previsto com o preenchimento das 90 vagas destinadas à comarca de Juiz de Fora. O evento transcorreu de forma tranquila, com atendimentos tanto para exames de DNA, quanto para reconhecimentos espontâneos”.

Trabalharam no mutirão a coordenadora Regional Mata I, Ana Lucia Gouveia Leite e os defensores públicos, Maria Luísa Pereira Gomide, Maria Flávia Prado Villar, Mario Cesar da Silva Carneiro, Paulo Roberto Velloso, Denise Magaldi de Lacerda Resende, Hermann Mosqueira Furtado de Menezes, Ana Paula Távora Neves, Maria Aparecida Coelho Ervati e Cynthia Cazarim Vieira Braga e Ramon da Costa Fonseca; e os funcionários, Regina Angélica Nunes Almas Cabral Miranda, Matheus Nascimento Avelar, Marcia Bastos Linhares, Marli Maria de Agnel Manoel, Silvania de Oliveira Neto e Dionea Maria de Souza.



Da esquerda para a direita: a defensora pública, Ana Lucia G. Leite, o funcionário Matheus Cantarutti; as defensoras públicas, Cynthia Cazarim Vieira Braga e Maria Flávia Prado Villar; o defensor público Mario César da Silva Carneiro e as funcionárias Marcia Bastos Linhares, Marli Maria de Agnel Manoel e Regina Angélica Cabral Miranda

Passos

Em Passos, o mutirão realizou seis exames de DNA e dois encaminhamentos para ajuizamento de ação, em razão da ausência dos supostos pais.

Participaram do evento o coordenador da Regional Sudoeste e Local de Passos, Carlos Alberto Thomazelli Penha, os defensores públicos, Adriana Correa Silva e Thiago Alves Figueiredo, os funcionários Eli Alves de Paula e Luiz Carlos Vaz; e as estagiárias Ana Paula Silveira de Lima Fonseca e Maria Gabrieli Cunha.



A partir da esquerda: o defensor público Thiago Alves Figueiredo; o funcionário da DPMG, Luiz Carlos Vaz; a enfermeira Cinara de Oliveira Ribeiro; o funcionário Eli Alves de Paula; a enfermeira Mônica Teixeira de Faria; as estagiárias Maria Gabrieli Cunha e Ana Paula Silveira de Lima Fonseca; e o defensor público Carlos Alberto Thomazelli Penha

Conforme Carlos Alberto Thomazelli, “o mutirão atingiu os objetivos propostos. Em Passos, a população está bem esclarecida sobre o tema e mesmo durante o ano procura informações sobre o mutirão. A busca de solução consensual tem sido um ótimo mecanismo para aproximar a Defensoria Pública dos cidadãos hipossuficientes”, destacou.

Três Pontas

Em Três Pontas, foram realizados 14 exames de DNA.

De acordo com o coordenador Local, Alessandro Júnior de Carvalho, “o mutirão foi realizado com tranquilidade. É a terceira vez que a Unidade de Três Pontas realiza o mutirão. Em um dos atendimentos, nossa equipe observou que uma criança de pouco mais de seis anos estava muito ansiosa para fazer o teste de DNA e, finalmente, ver a declaração de paternidade no seu registro de nascimento. Só por essa pequena assistida já valeu a pena todo nosso trabalho”, destacou.

continua >>

O defensor público Alessandro Carvalho com as estagiárias da DPMG que trabalharam no Mutirão

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Comarcas do interior recebem o Mutirão 'Direito a Ter Pai'****Muriaé**

Com 29 inscrições, o mutirão em Muriaé realizou 20 exames de DNA. Trabalharam no atendimento o coordenador Local, Carlos Eduardo de Oliveira, e os defensores públicos Marcus Tarcísio Silva de Castro e José Geraldo Mafia Júnior.

Da esquerda para a direita: os acadêmicos do curso de Biomedicina, Verlúcio Alves, Milena Raquel e Dometília Garcia; a biomédica, Taís Carneiro; o defensor público, Carlos Eduardo de Oliveira; as estagiárias, Larissa de Moraes Barbosa e Tamara Assis do Carmo e a servidora Lucimar de Souza Amora Freire

**Uberlândia**

Na comarca de Uberlândia, foram feitos 513 atendimentos, com a realização de 153 exames de DNA.

Aos assistidos que compareceram na sede da Instituição na comarca foram servidos lanches durante todo o dia. A banda da Polícia Militar participou da abertura do mutirão, que contou com a presença de representantes da sociedade civil, Polícia Militar, Polícia Civil, Judiciário, Ministério Público, Câmara Muni-

pal, do Cartório de Registro Civil e Prefeitura.

De acordo com o coordenador Local, Clayton Barbosa, “o mutirão cumpre o seu objetivo de prestar maior quantidade de atendimento com melhor qualidade de serviço e, sobretudo, resolver as questões familiares sem necessidade de ação judicial que é principal da Defensoria Pública, dentro do Sistema de Justiça”.

continua >>

Representante da Icasu, Antônio Naves; a presidente da OAB, Ângela Botelho; representante da PM, capitã Fernanda Patrícia Vieira Silva; vereador Doca Mastroiano; representante do Judiciário, César Oliveira; coordenador Local, Clayton Rodrigues Sabino Barbosa; coordenador Regional, Evaldo Gonçalves da Cunha; membro do Conselho Superior, Fernando Orlan Pires Resende; representante do Ministério Público, Luiz Henrique Acquaro Borsari; a representante da Polícia Civil, delegada Lia Eunice Velechi da Silva; oficial do Cartório do Registro Civil, Feliciano de Oliveira Júnior; e diretor da TV Integração/Globo, Paulo Eduardo



Público presente na abertura do Mutirão Direito a Ter Pai, em Uberlândia



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

Comarcas do interior recebem o Mutirão 'Direito a Ter Pai'



Da esquerda para a direita: o defensor público Cláudio Fabiano Pimenta; as defensoras públicas Maurina Fonseca, Maria Teresa, Cibele Nogueira Gil, Edna G. Câmara, Camila Machado Umpierre e Sara Cordeiro Matoso

Montes Claros

O mutirão em Montes Claros prestou 403 atendimentos com a realização de 128 exames de DNA, 12 reconhecimentos espontâneos e encaminhamento de 24 ações de investigação de paternidade.

De acordo com o coordenador Local e Regional, Cláudio Fabiano Pimenta, “esta edição do Mutirão Direito a Ter Pai em Montes Claros foi um grande sucesso. Todos os que dele participaram, defensores, servidores e voluntários propiciaram uma verdadeira festa da cidadania. Muitas pessoas puderam ser atendidas em um ambiente imbuído de alegria emanada por todos que trabalharam. Esse entusiasmo por servir ao próximo, de fato, foi contagiante e muito gratificante”.

Nova Lima

Na comarca de Nova Lima, o Mutirão recebeu 15 inscrições, com a realização de 10 exames de DNA e um reconhecimento espontâneo. Os assistidos foram atendidos pelo defensor público Eduardo Furst Giesbrecht Rodrigues.

Para a coordenadora Local, Izabela de Rezende Coutinho, “o Mutirão Direito a Ter Pai, que tem sido realizado em Nova Lima desde 2014, é uma grande conquista para toda a população. Importante ressaltar que a realização do mutirão tem gerado redução de demandas judiciais de investigação de paternidade”, destacou.

Varginha

Na comarca de Varginha, foram prestados 110 atendimentos, com a realização de 30 exames de DNA e oito reconhecimentos espontâneos.

Participaram do mutirão os defensores públicos Márcio Salgado Almeida, Heitor Baldez, Priscilla Angélica do Nascimento e Rodrigo Murad do Prado.



Da esquerda para direita: As servidoras, Terezinha de Fátima Nery e Ilma Silva; os defensores públicos, Márcio Salgado Almeida e Priscilla Angélica do Nascimento; o servidor, Ricardo Inácio e a estagiária, Bárbara Canella

De acordo com o coordenador Local, Márcio Salgado Almeida, “a realização de quatro edições seguidas e bem sucedidas tornou o mutirão “Direito a Ter Pai” um evento especial em nosso calendário, muito aguardado. Além da grande importância como oportunidade de facilitação ao reconhecimento do vínculo da paternidade, a iniciativa tem como principal mérito o de promover a aproximação entre pais e filhos, o que tem forte impacto no desenvolvimento e na autoestima dos filhos. A ação é, sem dúvida, uma referência em termos de atuação extrajudicial pois, além de gerar significativos benefícios aos assistidos, projeta muito positivamente a Instituição”, frisou.



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública participa do Dia da Cidadania em Santa Cruz do Escalvado



A Defensoria Pública em Ponte Nova participou, no dia 21 de outubro, do 1º Dia da Cidadania de Santa Cruz do Escalvado, município integrante da comarca de Ponte Nova. No evento, realizado pelo Rotary Clube, a Instituição realizou atendimento ao público, orientação jurídica e atendimento ao cidadão, inclusive com abertura de pasta para futura propositura da ação cabível.

O atendimento foi realizado pela defensora pública Nilza Martins Pataro Machado, acompanhada das estagiárias Débora Pascini, Marilene Macedo e Lisamar Leonel.

Além da Defensoria Pública, participaram o Tribunal de Justiça, por meio do Centro judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), Polícia Militar, OAB-MG e Faculdade Dinâmica de Ponte Nova, além de empresas da região.

Ao falar para a população, Nilza Machado explicou a função da Defensoria Pública e sua missão de patrocinar a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, dos necessitados.

continua >>

Atendimento realizado pela defensora pública Nilza Martins Pataro Machado



Defensora pública fala à população durante o 1º Dia da Cidadania de Santa Cruz do Escalvado. Ao fundo, o deputado estadual Tiago Cota, a prefeita do município, Soninha, além de representantes da Câmara Municipal, do Rotary Clube e da Faculdade Dinâmica

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Defensoria Pública participa do Dia da Cidadania em Santa Cruz do Escalvado**

“A realização deste tipo de iniciativa é importante por oferecer à população serviços essenciais, especialmente para aquelas pessoas, que por alguma razão, não podem se dirigir até aos órgãos públicos”, ressaltou a defensora pública.

Defensora pública Nilza Machado e as estagiárias Débora Pascini, Letícia (Cejusc), Marilene Macedo e Lisamar Leonel



Defensoria Pública participa de mutirão habitacional em Santa Luzia

Por meio de audiências de conciliação, a força-tarefa regularizou a situação de mutuários junto à Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab).

A Defensoria Pública de Minas Gerais participou do mutirão habitacional realizado na comarca de Santa Luzia pelo TJMG, que começou em 16.10.2017 e foi até o dia 31. Por meio de conciliação, a força-tarefa buscou solucionar a situação de mutuários que estavam em débito financeiro ou de documentação com a Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab).

O Conjunto Cristina foi a primeira unidade habitacional escolhida para o trabalho. No total, foram realizadas 360 audiências de conciliação. O objetivo foi resolver os casos pendentes, evitando que a Cohab ajuíze ações para sanar questões como débitos de moradores, com redução de juros, parcelamento da dívida ou descontos que viabilizem o pagamento da dívida.

A Defensoria Pública atuou nos 30 atendimentos que foram realizados por dia. Participam da iniciativa a coordenadora Local, defensora pública Mariana do Espírito Santo Costa Pires, e os defensores Bruno Freire de Jesus e Daniel Teixeira Dantas, em atuação na comarca de Santa Luzia.

Os defensores públicos fizeram acompanhamento diário, fornecendo orientação jurídica para todas as pessoas atendidas. Além de sanar os questionamentos, os defensores analisaram os termos do acordo e se, efetivamente, havia benefício na transação que se pretende fazer, salvaguardando os direitos dos assistidos.

O defensor público Bruno Freire de Jesus destacou a presença da Defensoria Pública. "É de crucial importância para garantia dos direitos dos assistidos que, em

grande parte, desconhecem seus direitos e os termos técnicos que constam na transação apresentada. É com a presença do defensor público que os assistidos se sentem seguros e confortáveis para participar do mutirão, pois os mesmos são orientados e esclarecidos de seus direitos, além de terem o termo de transação analisado com o olhar voltado a sua proteção. O objetivo da Defensoria Pública é sempre proteger o direito da parte mais necessitada, orientando que esse só adira ao acordo se houver real benefício. Com isso, a Defensoria cumpre o seu papel constitucional, sendo efetivamente um instrumento do regime democrático e promovendo a defesa dos direitos dos vulneráveis de forma integral e gratuita".

Bruno Freire acrescenta que "o alcance do mutirão é muito maior do que a regularização de débitos pendentes. O impacto social é amplo e diretamente positivo na vida do cidadão. Põe-se fim a um dos problemas que mais desarranja a tranquilidade das pessoas, que é a moradia. Há uma solução célere, advinda da conciliação, que aniquila uma das mais tormentosas crises de direito material, a regularização da posse e da propriedade. E isso, sem a necessidade de anos de angústia em um processo judicial. Além do objetivo principal, evita-se tumultuar ainda mais o andamento da máquina pública, evitando, com o consenso e diálogo, o desperdício de dinheiro e tempo".

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Defensoria Pública participa de mutirão habitacional em Santa Luzia**

Atendimento da Defensoria Pública durante o mutirão: acompanhamento diário das audiências de conciliação em Santa Luzia

O defensor público Daniel Teixeira Dantas também ressaltou a importância do mutirão e da participação da Defensoria Pública. “O acordo visa garantir o direito à propriedade, e a presença da Defensoria Pública traz segurança jurídica para o assistido”, afirmou.

A Defensoria Pública participará também do próximo mutirão habitacional, que deve incluir moradores de outros conjuntos, como o Palmital, e será realizado

na Semana Nacional da Conciliação, de 27 de novembro a 1º de dezembro. Para a ocasião, estão previstas 300 audiências. Desse total de casos, 250 são para a negociação de débitos. Dados da Cohab apontam que, apenas no Conjunto Palmital, 1,3 mil mutuários estão com pagamentos em atraso.

Com informações do TJMG

DPDH obtém êxito em Procedimento Administrativo Investigativo junto à Copasa

A Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), por meio da defensora pública Rachel Passos, obteve êxito junto à Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado (ARSAE-MG), no reconhecimento da irregularidade das cobranças das faturas de água/esgoto de assistidos da Defensoria Pública. No Procedimento Administrativo Investigatório (PADI) nº 058/2017 a Copasa reconhece a improcedência da cobrança, no valor de R\$16.806,26, com a decla-

ração de não necessidade de pagamento pelo assistido de tal débito.

A cobrança irregular a Copasa imputava aos assistidos a responsabilidade por vazamento de água em encanamento de área comum do condomínio onde residem. As perícias técnicas mostraram que o vazamento era decorrente da instalação de equipamento para medição de pressão desregulado, apresentando pressão média 30% acima do limite máximo preconizado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em sua NBR 12.218/94.



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensora pública profere palestra sobre execução penal em Betim

A defensora pública Mariana Ladeira Vieira, em atuação na área de execução penal na DPMG em Betim, participou, no dia 24 de outubro, na Faculdade Una, do 7º Simpósio Una Betim em Movimento.

Na ocasião, a defensora pública ministrou a palestra “Execução Penal: aspectos práticos e atuação da

Defensoria Pública”.

O evento também ofertou oficinas e minicursos para o público acadêmico, com o objetivo de promover trocas de experiências profissionais e discussões sobre temas relevantes para a formação acadêmica dos alunos da faculdade.

Defensora pública
Mariana Ladeira
Vieira profere palestra
para estudantes da
Faculdade Una Betim



Conjur publica artigo de defensor público sobre crise econômica e a Emenda Constitucional 80

O site Consultor Jurídico publicou, do dia 24.10.2017, na coluna "Tribuna da Defensoria", artigo de autoria do assessor Institucional da Defensoria-Geral, Rômulo Luis Veloso de Carvalho.

**Leia aqui o artigo intitulado
“Defensoria Pública,
crise econômica e a Emenda Constitucional 80”.**

TRIBUNA DA DEFENSORIA
Defensoria Pública, crise econômica e a Emenda Constitucional 80
14 de outubro de 2017 | Rômulo Luis Veloso de Carvalho

Imprimir Enviar Facebook Google+ LinkedIn Twitter

Por Rômulo Luis Veloso de Carvalho

Foi com alegria que Defensoria Pública recebeu em 2014 a promulgação da Emenda Constitucional 80. A alteração na norma de maior envergadura do ordenamento jurídico nacional veio para transformar o artigo 134 da Constituição da República e acrescentar ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o importante artigo 98.

A conquista normativa foi, sem dúvida alguma, um momento de esperança para o futuro da casa da cidadania e especialmente para os destinatários do seu serviço. A mudança no ADCT trouxe a regra de que o número de defensores públicos nas unidades jurisdicionais do país será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população.

Destaque inicial é o de que o dispositivo foi oportuno. Já decorria do sistema constitucional que a Defensoria Pública era a instituição competente para defesa individual e coletiva, extrajudicial e judicial, de todos os vulneráveis do país, mas o direito dos marginalizados insistia em ficar no papel.



AÇÕES EM DESTAQUE

Coordenador Local é jurado em concurso de oratória na Faculdade Três Pontas



Defensor público Alessandro Júnior de Carvalho (1ª posição, à esquerda)

No dia 30 de outubro, o coordenador Local em Três Pontas, defensor público Alessandro Júnior de Carvalho, participou como jurado do IX Concurso de Oratória do Curso de Direito da Faculdade Três Pontas (FATEPS).

Dez alunos do curso participaram do evento, realizando duas explanações cada, abordando diversos temas: crise migratória, corrupção, princípio do contraditório no inquérito policial, entre outros.

Além do defensor público, foram jurados do concurso a promotora de Justiça da comarca, Deise Cristina Vieira, e o presidente da 55ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Augusto Almeida.

Perfil da Defensoria Pública no SEEU será alterado

O perfil da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) será modificado para o aperfeiçoamento das rotinas de trabalho. Com a alteração, em vez de cada defensor público ser cadastrado individualmente nas guias de execução, a Instituição é que será cadastrada. Assim, a Defensoria passará a atuar de forma institucional.

A mudança foi solicitada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e pela DPMG ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que encaminhou o pedido para o Tribunal de Justiça do Paraná, desenvolvedor do módulo original do SEEU. As readequações necessárias à mudança do perfil estão em fase de conclusão, e a previsão é que entrem em funcionamento em, no máximo, 60 dias.

Segundo a defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, a Lei 12.313/2010 operou uma série de alterações na Lei 7.210/1984, para adequar o sistema de execução penal ao novo papel institucional que as reformas constitucionais e legais trouxeram, nas últimas duas décadas, para a Defensoria Pública.

“A criação do perfil institucional para a Defensoria Pública no SEEU instrumentaliza a Instituição de meios para exercer com mais qualidade e agilidade suas atribuições, como órgão de execução. Quando um defensor atua na execução penal, ele representa a própria Instituição. A criação do perfil permite a atuação de forma institucional, mais organizada, dotada de mais mecanismos de auxiliar o cidadão vulnerável. É o cidadão o principal beneficiário desse avanço proporcionado pela parceria entre a Defensoria Pública e o Tribunal de Justiça”, destaca.

O assessor Institucional da DPMG, defensor público Nikolas S. Macedo Katopodis, considera notória a



importância do SEEU para a tramitação processual e a prestação jurisdicional das varas de execução penal em Minas Gerais. “O sistema se revela, cada dia mais, uma importante e fundamental ferramenta para todos, especialmente para o cidadão em cumprimento de pena”, ressalta.

Nikolas Katopodis explica que o perfil atual do sistema não distingue o defensor público do advogado, o que vem gerando a necessidade de uma série de medidas paliativas e, conseqüentemente, retrabalho para as secretarias das varas de execução.

“O novo perfil da Instituição no SEEU irá ao encontro da Lei Orgânica da Defensoria e permitirá sua atuação plena como órgão de execução penal”, conclui o defensor. Para Nikolas Katopodis, uma das grandes vantagens dessa adequação, na prática, será desonerar as secretarias dos juízos de providências tomadas atualmente para contornar a situação de insuficiência do perfil existente.

Para o juiz auxiliar da presidência do TJMG, Thiago Colnago, essa é uma melhoria que vem para consolidar ainda mais o SEEU. “Hoje, o sistema já conta com processos de mais de 57 mil condenados. A implantação do módulo da Defensoria aprimora essa ferramenta tecnológica, que já traz benefícios para a sociedade, uma vez que garante celeridade na tramitação dos processos e nos atos da execução penal”.

Com informações do TJMG

Eventos

Defensoria Pública em Caratinga participa do Fórum Permanente sobre Álcool e outras Drogas

O coordenador Local em Caratinga, Paulo Cesar Azevedo de Almeida, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na abertura do Fórum Permanente sobre Álcool e outras Drogas, realizado dia 17.10.2017, no auditório Professor Celso Simões Caldeira, da Fundação Educacional de Caratinga (Funec).

Um dos temas abordados no encontro foi o Projeto Recomeçar: Rede Multidisciplinar de Tratamento da Dependência Química no Sistema Prisional, do qual a Defensoria Pública é parceira, ao lado do Centro Universitário de Caratinga (UNEC), da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) e da Prefeitura Municipal de Caratinga. O objetivo da iniciativa é auxiliar os detentos que apresentem quadro de dependên-

cia química na recuperação da saúde, a fim de que sua reintegração à sociedade seja mais eficiente.

De acordo com o defensor público, “a Lei de Drogas, em vigor desde 2006, prevê um sistema repressivo, mas por outro lado não dá a devida atenção àquele que sofre um quadro de dependência química. Com isso, os usuários se afastam do sistema público de saúde, porque, como são tratados de uma forma estereotipada e marginalizante, não procuram ajuda para sanar o seu problema”, ressalta.

SAIU NA MÍDIA

[Leia aqui matéria do jornal "Diário de Caratinga"](#)

[Clique aqui para ver matéria da UNEC TV](#)



Em Araxá, DPMG participa do VI Encontro Estadual de Adoção em Minas Gerais

O coordenador Local em Araxá, Antônio Carlos Moni de Oliveira, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na abertura do VI Encontro Estadual de Adoção em Minas Gerais, dia 20 de outubro, no Tauá Grande Hotel de Araxá. O encontro debateu a garantia de direitos da criança e do adolescente, com ênfase no direito à convivência familiar e comunitária e à promoção da adoção legal e segura.

Durante o encontro foram apresentados e debatidos conceitos que contribuem para o sucesso da reintegração familiar, da adoção legal e de projetos que promovem convivência familiar e comunitária saudável para crianças e adolescentes em condições de acolhimento institucional.

De acordo com Antônio Carlos Moni de Oliveira, o encontro “foi muito importante e proveitoso, principalmente, no ponto que fez alusão a necessária participação da Defensoria Pública nos processos que envolvem interesses de crianças e adolescentes”.



O defensor público Antônio Carlos Moni de Oliveira (6ª posição da esquerda para a direita)

EVENTOS

Defensoria Pública participa de reunião do Gabinete de Crise do Sistema Prisional

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo assessor Institucional, Rômulo Luis Veloso de Carvalho, na reunião do Gabinete de Crise do Sistema Prisional realizada no dia 24 de outubro, na presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

O Gabinete envolve representantes da área, do Judiciário e de diversas instituições parceiras e componentes do sistema de Justiça, como a Defensoria Pública (DPMG) e o Ministério Público (MPMG), e tem como finalidade pensar soluções para a questão carcerária no estado e viabilizar ações em benefício da população prisional.

Entre os assuntos discutidos estava a possibilidade – atualmente remota – de realizar concursos públicos, de ampliar, reformar e construir novas unidades ou de abrir novas vagas nos estabelecimentos prisionais existentes. Diante da situação de restrição orçamentária e crise financeira, foi proposta a formação de grupo de trabalho com representantes das secretarias de estado de Defesa Social e Administração Prisional, Legislativo, DPMG e MPMG.

A criação do Gabinete de Crise do Sistema Prisional

foi decidida em encontro do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do TJMG. O GMF é responsável por desenvolver medidas de humanização da pena, como o incentivo à implantação e difusão da metodologia da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), o combate à superlotação das unidades prisionais e soluções para o atendimento da população carcerária.

Também estiveram presentes o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro; os secretários de Estado de Administração Prisional e de Planejamento e Gestão, Francisco Kupidlowksi e Helvécio Magalhães, respectivamente; Desirée Martins Perez Garcia, representando o secretário de Estado de Segurança Pública, Sérgio Barboza Menezes; os juízes Wagner de Oliveira Cavalieri, coordenador do GMF, e Thiago Colnago Cabral, auxiliar da Presidência; o promotor Henrique Macedo; os servidores Guilherme Augusto Mendes do Valle, da Secretaria Especial da Presidência, e Eduardo de Figueiredo e Silva e Josias Cândido da Silva Júnior, do Programa Novos Rumos.

Com informações do TJMG



Assessor Institucional, Rômulo Luis Veloso de Carvalho (ao centro), participa da reunião

Defensoria Pública participa de encontro de troca de experiências entre juízes

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa, na abertura da sexta edição do Encontro dos Juízes de Direito dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais (Enjesp). A solenidade aconteceu dia 26.10.2017, no plenário do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Coordenado pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), o evento busca promover a atualização e a troca de experiências entre os juízes atuantes nos Juizados Especiais (Jesps). Por meio da conciliação, os juizados permitem a resolução de conflitos de forma desburocratizada, com celeridade e economia processual.

continua >>

EVENTOS | *Continuação***Defensoria Pública participa de encontro de troca de experiências entre juizes**

Além do defensor público, participaram da abertura, o desembargador Gilson Soares, o 2º vice-presidente do TJMG, Wagner Wilson Ferreira, e o secretário-geral adjunto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Charles Fernando Vieira da Silva, entre outras autoridades.

Com informações do TJMG

Coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa (1º à esquerda), na abertura do VI Enjesp



DPMG presente na implantação do SEEU em Alfenas

A defensora-geral do Estado, Christiane Malard, foi representada pelo defensor público Fabrício de Moraes Musolin na cerimônia de implantação do Sistema Eletrônico de Execução (SEEU), em Alfenas. O evento aconteceu no dia 30 de outubro, no fórum da cidade.

Na mesma cerimônia, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais inaugurou um núcleo regional do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ). O núcleo é voltado para o atendimento de indivíduos que se envolveram com crimes e não foram considerados conscientes dos seus atos ou capazes de avaliar as consequências do que fizeram.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Herbert Carneiro, foi representado pelo desembargador Ronaldo Claret, que destacou as vantagens do SEEU. O sistema informatiza os processos de execução penal, eliminando os autos físicos e automatizando tarefas como o cálculo da pena e a emissão de alertas para notificar que o sentenciado tem direito a benefícios, como comutação de pena, livramento condicional, indulto e progressão de regime.

Assista aqui reportagem da cerimônia na TV Alfenas

Com informações do TJMG

Defensoria Pública participa de solenidade de assinatura de convênio entre o TJMG e a Associação Mineira dos Municípios

O assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 31 de outubro, na solenidade de assinatura de convênio entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e a Associação Mineira dos Municípios (AMM), em adesão ao programa Execução Fiscal Eficiente, do TJMG, realizada no gabinete da Presidência do Tribunal.

Assinaram o documento o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, e o prefeito de Moema e presidente da AMM, Julvan Rezende Araújo Lacerda.

De acordo com o presidente Herbert Carneiro, com a adesão, o Tribunal estabelece outra parceria para oferecer ao jurisdicionado e aos agentes públicos alternativas à judicialização e agilidade na solução de impasses. “Meios como a cobrança por meio de protesto e a conciliação são rápidos e descomplicados. Além disso, têm a vantagem da pacificação social e evitam que novas ações ingressem no Judiciário. A capilaridade da AMM vai permitir que a inovação no tratamento das execuções chegue aos confins de Minas Gerais”, afirmou.

Com informações do TJMG

Assessor Gério Patrocínio Soares (segundo à direita) compõe o dispositivo de autoridades

EVENTOS

Defensoria Pública participa da comemoração dos 65 anos da AMM

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo chefe de gabinete, Gério Patrocínio Soares, na solenidade de comemoração dos 65 anos de fundação da Associação Mineira de Municípios (AMM). A cerimônia foi realizada na sede da entidade no dia 31.10.2017. Prestigiou também o evento o defensor público Luis Ernesto da Silva Soares.

Em sua fala de saudação, o chefe de gabinete, Gério Patrocínio, parabenizou a AMM e enfatizou a importância da união em momentos de crise como o atual.

“A Associação está fazendo o papel dela, provocando a discussão e acomodando cada um no seu direito, assim como o defensor público procura o direito do cidadão excluído. Acredito que, com a união de todos, vamos conseguir transformar e melhorar”, afirmou.

Durante a cerimônia, a AMM homenageou os ex-presidentes da Casa, pelos serviços prestados em prol da Associação e das causas municipalistas. Também foi lançado o selo comemorativo dos 65 anos da entidade.

Com informações da AMM



Chefe de gabinete da DPMG, Gério Patrocínio Soares



Defensor público Gério Patrocínio, deputado estadual Carlos Pimenta; e o presidente da AMM e prefeito de Moema, Julvan Lacerda



Procurador e prefeito do município de Couto Magalhães, Denio Becheleni e José Marcos Alves Guimarães, respectivamente; chefe de gabinete, Gério Patrocínio; e o defensor público Luis Ernesto da Silva Soares

Escola Superior

Fórum de Estudos apresenta resultados da Justiça Restaurativa em Juiz de Fora

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Juiz de Fora e a Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) promoveram, dia 20 de outubro, o Fórum de Estudos “Os impactos da Justiça Restaurativa em Juiz de Fora e na produção acadêmica dos jovens profissionais do Direito”, realizado no auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), parceira na iniciativa. O evento discutiu os efeitos que o Projeto “Além da Culpa – Justiça Restaurativa para Adolescentes” produziu desde a sua implantação, junto a Defensoria Pública na Vara da Infância e Juventude de Juiz de Fora, bem como os impactos que a atuação do projeto causou na produção acadêmica. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) apoiaram o evento.

O fórum contou com palestras que abordaram os resultados obtidos pelo projeto no período de 2015 até o primeiro semestre de 2017, assim como casos práticos com resultados satisfatórios, e a apresentação de trabalhos acadêmicos, desenvolvidos por estudantes de

Direito. Participaram do encontro alunos das faculdades de Direito, Psicologia e Serviço Social, agentes socioeducativos, assistentes sociais, psicólogos e pessoas interessadas no tema.

A coordenadora do projeto, defensora pública Maria Aparecida Rocha de Paiva, considerou que “a implantação do Projeto Além da Culpa abriu portas para a disseminação da Justiça Restaurativa em Juiz de Fora. Desde seu início, muitos resultados positivos foram obtidos e isso, além de estimular a equipe, traz conforto para os envolvidos no conflito, além mostrar à sociedade que os procedimentos restaurativos trazem decisões concretas e efetivas, fazendo com que as pessoas percam a falsa ideia de impunidade”.

Para a defensora pública, “a realização de eventos como o Fórum de Estudos, ajuda a disseminar a Justiça Restaurativa no meio acadêmico, profissional e social, ao envolver a participação de estudantes, operadores da Justiça e pessoas da comunidade que se interessem pelo assunto”.

Da esquerda para a direita:
O professor Leandro Oliveira Silva; a coordenadora da Regional Mata I, Ana Lúcia Gouvêa Leite; a defensora pública Maria Aparecida Rocha de Paiva; a professora Ellen Cristina do Carmo Rodrigues Brandão; e a comissária de Justiça Ana Paula Silva



Coordenadoria do Atendimento e Esdep discutem parceria com a Faculdade Batista para projetos de capacitação



A partir da esquerda: As funcionárias Carla Lima e Kênia Ferreira; a defensora pública Eden Mattar; a coordenadora Thais Lacerda e a defensora pública Hellen Caires Teixeira

A coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar, reuniu-se, dia 20 de outubro, com a coordenadora de Direito da Faculdade Batista Mineira, Thais Lacerda, e a diretora da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep), Hellen Caires Teixeira Brandão.

No encontro foi discutida parceria para a implantação de projeto da Coordenadoria de Atendimento que visa capacitar os funcionários da Defensoria Pública, nas áreas de atendimento humanizado e prestação de serviços de excelência. Também participaram da reunião as funcionárias Carla Araújo Lima e Kênia Aparecida Ferreira.

Seminário aponta a representação da mulher na História Moderna e o papel dos meios de comunicação na abordagem da violência de gênero

As diversas representações da mulher ao longo da história do ocidente moderno e a responsabilidade social dos meios de comunicação na abordagem dada às questões da violência de gênero no país, foram os principais temas apresentados no seminário “Revitimização da mulher na mídia”.

O encontro aconteceu no dia 23 de outubro, com as palestras: “A História da imagem da mulher no Ocidente”, com a professora doutora em Sociologia, Isabelle Anchieta e “O papel das mídias nos processos de Revitimização e culpabilização das vítimas de violência de gênero – algumas estratégias para um melhor tratamento informativo”, com a professora doutora em Jornalismo, Maria Badet.

Realizado pela Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG), a proposta teve como objetivo discutir a culpabilização da mulher vítima de violência de gênero pelos meios de comunicação. A iniciativa partiu da Defensoria Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência (Nudem-BH), após as discussões realizadas na Comissão de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher, do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege) sobre casos de assédio sexual retratados pela mídia nacional.

Com a plateia formada em sua maioria por mulheres, o seminário contou com a presença da diretora da Esdep-MG, Hellen Caires Teixeira Brandão, da coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência (Nudem-BH), Maria Cecília Pinto e Oliveira e das defensoras públicas Samantha Vilarinho Mello Alves, Lívia Linhares Ribeiro e Carolina Morishita Mota Ferreira.

Construção da imagem da mulher

A partir de símbolos iconográficos que retratam a mulher do século III ao século XX, a professora doutora Isabelle Anchieta apresentou as transformações pela qual a construção da imagem da mulher foi sendo estereotipada. “Ao longo de 17 séculos, a representação das mulheres foi sendo condicionada aos lugares e interesses de cada época, passando de uma imagem diabolizada para idealizada, usando várias estereotípias como bruxas, Maria, Maria Madalena e as estrelas do cinema hollywoodiano”, pontuou.

Isabelle Anchieta disse que a maneira de se representar a mulher é fundamental para o modo com ela se vê, vê os outros e se relaciona com o mundo. A professora enfatizou que esta representação tem consequências na vida prática. “A importância de se discutir a revitimização está, principalmente, na forma como a sociedade valida a violência e a institucionaliza no plano simbólico, dando a ela, inclusive, o poder de organizar a vida social. A perspectiva, então, é pensar o caminho da humanização e da individualização da mulher, fora dos estereótipos idealizados”, explicou.

continua >>



Coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência (Nudem-BH), Maria Cecília Pinto e Oliveira; diretora da Esdep-MG, Hellen Caires Teixeira Brandão; palestrantes Isabelle Anchieta e Maria Badet; defensoras públicas Lívia Linhares Ribeiro e Samantha Vilarinho Mello Alves

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***Seminário aponta a representação da mulher na História Moderna e o papel dos meios de comunicação na abordagem da violência de gênero****Professora doutora Isabelle Anchieta**

A professora de Sociologia explicou, ainda, que mesmo não estando livre da estereotipagem, em relação à história da humanidade, a imagem feminina avançou bastante. “Se pensarmos em um contexto onde Maria e a ideia de virgindade eram capital simbólico para determinar o lugar da mulher na sociedade – e como já rompemos com este e uma série de mitos, mesmo que outros tenham sido criados –, é preciso superar a discussão do gênero. Quando o gênero não for mais o centro da questão e sim o mérito pelo que é produzido, aí sim, chegaremos a algum lugar”, concluiu.

Gênero e comunicação

Na palestra “O papel das mídias nos processos de revitimização e culpabilização das vítimas de violência de gênero – algumas estratégias para um melhor tratamento informativo”, a professora doutora em Jornalismo, Maria Badet, teceu ponderações sobre o papel desempenhado pelos meios de comunicação nas questões de violência de gênero e feminicídio no Brasil.

De acordo com ela, é responsabilidade social da mídia pensar sobre a temática e contribuir para a redução do número de casos relacionados à violência de gênero em nosso país. “Infelizmente, ainda hoje, os meios de comunicação exercem um papel negativo na cobertura midiática dos temas relacionados à violência de gênero. Grande parte das notícias tendem à culpabilização das vítimas, seguida de sua revitimização e ainda, na romantização do agressor”, explicou, apresentando histórias

**Professora doutora Maria Badet**

concretas que foram objeto de cobertura da Imprensa nacional, nos últimos anos.

Para a professora de Jornalismo, nos últimos quatro anos a mídia tem demonstrado uma pequena mudança na forma de abordar o tema, motivada, principalmente, pela pressão social. “Além disso, as mídias alternativas têm contribuído para que as mídias hegemônicas mudem o tratamento informativo acerca do tema. Hoje, temos notícias que visam, muito mais, o empoderamento feminino e a visibilidade da problemática de gênero”, completou. A professora apresentou exemplos atuais de situações que obrigaram a grande mídia a mudar o enfoque da informação, motivada pela pressão social.

continua >>

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação*

Seminário aponta a representação da mulher na História Moderna e o papel dos meios de comunicação na abordagem da violência de gênero

Maria Badet falou, também, sobre a importância da abordagem da lei Maria da Penha, da contextualização da situação da violência de gênero, dos mecanismos desta violência e de sua manutenção. “Apesar deste enfoque começar a ser mais presente nos meios de comunicação, ainda falta muito para ser feito nesta linha de abordagem”, ressaltou. A professora apresentou exemplos.

A partir de estudos de manuais de tratamento informativo do Brasil e do exterior, a professora apresentou dicas tanto para os jornalistas, em relação ao melhor tratamento da notícia, quanto para as fontes, “para que, em entrevistas, saibam fornecer informações que ajudem ao profissional da mídia produzir uma matéria mais contextualizada na violência de gênero”, completou Maria Badet.

A jornalista disse, ainda, que a Europa e os Estados Unidos estão bem à frente do Brasil em relação ao tratamento de notícias desta natureza. “A Assembleia Mundial da ONU possui uma diretriz que se produzam materiais deontológicos para tratar a problemática do gênero nos meios de comunicação. Nestes lugares, a notícia vem acompanhada de um tratamento de caráter mais informativo”, explicou.

Após a apresentação das palestrantes, a diretora da Escola Superior (Esdep), Hellen Caires Teixeira Brandão, fez uma análise sobre a discussão do tema. Para a defensora pública ficou claro que a construção da imagem é importante e perigosa. “Vimos que desde a Idade Média a representação da mulher era pensada para atender as necessidades de determinados grupos. Hoje já evoluímos muito, mas ainda temos muito a melhorar”, ressaltou.

Hellen Caires disse ainda, que a questão da violência de gênero passa pelas questões culturais e históricas de uma sociedade fundamentada no patriarcado. “Porém,



Diretora da Esdep-MG, Hellen Caires Brandão

as pessoas estabelecem uma zona de conforto e usam, como justificativa para a violência, a cultura machista que ainda impera em nossa sociedade”, finalizou.

A coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência (Nudem-BH), Maria Cecília Pinto e Oliveira, ressaltou a importância de se apresentar as diversas mudanças na representação do feminino ao longo dos anos e o poder da imagem na determinação do conceito da mulher, de santa à desumana.

Maria Cecília Oliveira destacou também, o poder da mídia como aliada no combate à violência de gênero, lembrando que uma análise tendenciosa pode contribuir de forma negativa. “O papel do jornalista é dar a informação e não tentar formar a opinião do leitor para uma ou outra posição”, disse.



Coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência (Nudem-BH), Maria Cecília Pinto e Oliveira

ESCOLA SUPERIOR

DPMG promove o curso “Gestação Legal” para gestantes

No dia 01.11.2017, a coordenadoria Regional de Famílias e Sucessões da Capital e a Escola Superior (Esdep-MG) promoveram a segunda edição do Curso “Gestação Legal”, voltado para as gestantes assistidas da Instituição.

A capacitação, que tem como objetivo proporcionar autonomia às mães na tomada de decisões sobre a gestação, apresentou palestras e debates sobre direitos das gestantes e dos bebês, fisiologia do parto, parto respeitoso, importância do pré-natal, benefícios do uso de slings (carregadores de bebês), vivência da dança materna, amamentação e primeiros cuidados com o bebê.

Na abertura do curso, a defensora pública-geral, Christiane Malard, cumprimentou as participantes, ressaltando a importância da maternidade na vida do ser humano. “Quando nasce um bebê, nasce também uma mãe, um pai e uma família. É essencial que nos prepa-

remos para que este nascimento aconteça da melhor forma possível para toda a família”, ressaltou.

Christiane Malard destacou a programação do curso Gestação Legal que trata dos direitos da gestante e do bebê e, também, dos cuidados necessários antes, durante e após o parto. “É muito importante cuidar de todos os detalhes vinculados a uma gestação e a Defensoria Pública, dentro da proposta de atuar na área de educação em direitos, busca acolher, ouvindo, também, as dúvidas e questionamentos de cada uma, no sentido de contribuir de forma positiva para este momento de transformação”, completou.

Defensora pública e uma das organizadoras do curso, Flávia Marcelle Torres Ferreira de Moraes; defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; e a diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira Brandão



Defensora pública-geral, Christiane Malard; diretora da Esdep, Hellen Caires; defensora pública Flávia Torres Moraes; e participantes do curso Gestação Legal

Homenagens

Defensores públicos são homenageados pela Ouvidoria Municipal de Saúde de Juiz de Fora

Os defensores públicos Jeanne Pereira Barbosa e Ricardo Paulino foram condecorados, na modalidade “Mérito Excepcional”, pela Ouvidoria Municipal de Saúde de Juiz de Fora, durante a 6ª edição do Evento Regional do órgão.

A cerimônia foi realizada no dia 27 de outubro, no Victory Bussines Hotel, e homenageou 30 personalidades que contribuem para a saúde pública do Município e destacam-se pela luta, atendimento e comprometimento na área.



Da esquerda para a direita: A coordenadora Regional Mata I, Ana Lúcia Gouvêa Leite; os defensores públicos, Ricardo Paulino e Jeanne Barbosa, a ouvidora municipal de Saúde, Samantha Borcheiar; o vice-prefeito, Antônio Almas; e a secretária municipal de Saúde, Elizabeth Jucá

Convites



CONVITE

A Defensoria Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, a Coordenadora da Regional Circuito das Águas, Diléa M. Chaves Reis Teixeira, e o Coordenador Local, Rodrigo Parente Ferreira Dias, convidam para a **solenidade de inauguração da unidade da Defensoria Pública no Município de Boa Esperança.**

Dia 9 de novembro de 2017, quinta-feira, às 11 horas

Local: Praça Doutor José Mesquita Neves, nº 15, Centro | CEP 37170-000

Confirmação de presença
cerimonialdpmg@defensoria.mg.def.br | Telefones: (31) 3526-0456 | 0512 | 0518



CONVITE

A Defensoria Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, a Coordenadora da Regional Circuito das Águas, Diléa M. Chaves Reis Teixeira, e o Coordenador Local, Alessandro Júnior de Carvalho, convidam para a **solenidade de inauguração da unidade da Defensoria Pública no Município de Três Pontas.**

Dia 9 de novembro de 2017, quinta-feira, às 17 horas

Local: Rua Nossa Senhora da Ajuda, nº 49, Centro | CEP 37190-000

Confirmação de presença
cerimonialdpmg@defensoria.mg.def.br | Telefones: (31) 3526-0456 | 0512 | 0518



CONVITE

A Defensoria Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, a Coordenadora da Regional Circuito das Águas, Diléa M. Chaves Reis Teixeira, e o Coordenador Local, Márcio Salgado Almeida, convidam para a **solenidade de inauguração da unidade da Defensoria Pública no Município de Varginha.**

Dia 10 de novembro de 2017, sexta-feira, às 10 horas

Local: Rua Colômbia, 263, Vila Pinto | CEP 37010-651

Confirmação de presença
cerimonialdpmg@defensoria.mg.def.br | Telefones: (31) 3526-0456 | 0512 | 0518



CONVITE

A Defensoria Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, o Coordenador da Regional Sul de Minas e local, Cristiano Maia Luz, convidam para a **solenidade de inauguração da unidade da Defensoria Pública no Município de Pouso Alegre.**

Dia 10 de novembro de 2017, sexta-feira, às 17 horas

Local: Av. Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, nº 2.810, Santa Rita CEP 37558 700

Confirmação de presença
cerimonialdpmg@defensoria.mg.def.br | Telefones: (31) 3526-0456 | 0512 | 0518



CONVITE

A Defensoria Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, o Coordenador da Regional Sul de Minas, Cristiano Maia Luz, e o Coordenador Local, Heverton Flávio Ronconi da Rocha, convidam para a **solenidade de inauguração da unidade da Defensoria Pública no Município de Camanduacaia.**

Dia 11 de novembro de 2017, sábado, às 10 horas

Local: Rua Bento Gomes Escobar, nº 104, Centro | CEP 37650-000

Confirmação de presença
cerimonialdpmg@defensoria.mg.def.br | Telefones: (31) 3526-0456 | 0512 | 0518

II Encontro Estadual de Execução Penal da DPMG

Primeiro dia (quinta-feira | 23/11)

MANHÃ

- 9h às 10h30 Conferência de abertura
Abolicionismo Penal
Des. Dr. Amilton Bueno de Carvalho
- 10h45 às 12h Painel 1* | **APAC – uma esperança para a Execução Penal**

TARDE

- 13h30 às 15h Painel 2* | **Repercussão do decreto de indulto | Comutação de 2016 x superlotação carcerária**
- 15h30 às 17h Painel 3* | **Saúde e drogadição no Sistema Prisional**

*Painelistas a confirmar



Segundo dia (sexta-feira | 24/11)

MANHÃ

- 9h às 10h30 **Atuação estratégica na Execução Penal**
Defensor público Dr. Patrick Cacicedo
- 10h45 às 12h **A devida execução da pena privativa de liberdade**
Juiz de Direito Dr. Cláudio Prado Amaral

TARDE

- 14h às 17h Votação e aprovação das teses



Vagas limitadas
Informações:
escolasuperior@defensoria.mg.def.br
Inscrições:
www.escolasuperior.mg.def.br



Rua Guajajaras, 1707
Barro Preto, Belo Horizonte - MG

Realização:

Câmara de Estudos de
Execução Penal da DPMG





CONVITES | Continuação

CAFÉ COM SERVIDORES

Comemorações do dia do servidor 2017

Dia 6 de novembro de 2017

10:30 horas



- Café comemorativo
- Entrega de certificado ao servidor destaque da capital e região metropolitana
- Sorteio de brindes para servidores de todo o Estado

Local

Sala Verde da Sede I da Defensoria Pública de Minas Gerais

Rua Guajajaras, 1.707 - 8º andar - Barro Preto - BH

Apoio:



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
Rua Guajajaras, 1.707 - Barro Preto - BH

BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional. Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual/Ascom



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Sede I: Rua Guajajaras, 1.707 – Barro Preto, BH, MG
www.defensoria.mg.def.br

